

As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.



CENSO SUAS 2013

MANUAL GESTÃO ESTADUAL **Secretarias Estaduais de Assistência Social**

RECOMENDAMOS A LEITURA DO MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

O questionário eletrônico da GESTÃO ESTADUAL deverá ser preenchido pelas Secretarias Estaduais de Assistência Social no período de **21 de outubro a 13 de dezembro de 2013**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos primeiramente em papel. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis. Caso o estado tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento deverá entrar em contato com o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 2030-3000/ 3001/ 3118/ 3131/ 3132, ou ainda pelo 0800 707 2003.

O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelos estados. Para envio das informações ao MDS, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas>. O MDS recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico.

Senha de Acesso para preenchimento do questionário eletrônico

Para preenchimento do questionário eletrônico do CENSO SUAS 2013 os responsáveis necessitarão utilizar o *login* e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.estado). Problemas relativos à senha de acesso poderão ser solucionados, exclusivamente, pelo telefone 0800 707 2003.

Antes da apresentação das questões do Censo SUAS 2013 – GESTÃO ESTADUAL faz-se necessário incluir um pequeno tutorial sobre o acesso ao sistema de preenchimento do Censo SUAS 2013.

Passo 1 – Digite o endereço <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas> na barra de endereços do navegador de sua preferência (Internet Explorer, Mozilla Firefox, etc.).

Será exibida a página inicial do Censo SUAS 2013, a qual contém algumas orientações sobre o acesso ao sistema.

Passo 2 – os responsáveis necessitarão utilizar o login e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS, devendo possuir o perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.estado).

Passo 3 – Selecione o questionário GESTÃO ESTADUAL e, em seguida, clique em Preencher Questionário e inicie o registro das informações.

Para demais dúvidas, sugestões de conteúdo e melhora do questionário/manual, encaminhar email para vigilanciasocial@mds.gov.br.

BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

Nome que identifica o Órgão Gestor:

O nome que identifica o órgão gestor é a denominação atribuída à Secretaria de Estado a fim de melhor identificá-la. Ex. Secretaria Estadual de Assistência Social. **ATENÇÃO!** Evitar abreviações.

Selecione o tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):

Informar a identificação do endereço (ex. rua, avenida, praça, quadra, etc.) onde se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres.

Endereço e Número:

Informar o nome da rua, avenida, praça, quadra, etc. e em seguida o número do local onde se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres. **ATENÇÃO!** Evitar abreviações

Complemento:

O complemento se refere a alguma informação adicional relativa ao endereço que seja importante informar para melhor localização. **ATENÇÃO!** Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco. Evitar abreviações.

Bairro:

Informe o bairro, sem abreviações, no qual está situado a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres.

Ponto de Referência:

Ponto de referência é um ponto conhecido/estratégico (ex: igreja, comércio, praça, etc) que pode facilitar encontrar o endereço mais facilmente. Ex. Secretaria situada na Praça da Igreja da Matriz.

CEP:

Informe o Código de Endereçamento Postal da Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres, no seguinte formato nn.nnn-xxx (70.788-090, por exemplo).

Município:

Informe o município no qual está situada a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres.

UF:

Selecione a unidade da federação na qual se situa a Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres.

E-mail:

Informe o endereço eletrônico da Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres. Se a Secretaria não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail do Governo de Estado. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

DDD – Telefone: |_|_|- |_|_|_|_|_|_|_|_| **Ramal:** |_|_|_|_|

Informe o número do telefone da Secretaria Estadual de Assistência Social, ou congêneres, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos e ramal se houver. Por exemplo: (61) 3433-4444 ramal 238.

Fax: |_|_|_|_|_|_|_|_|

Informe o número do FAX da Secretaria Estadual de Assistência, ou congêneres, se houver, no seguinte formato: número com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: 3433-8888.

BLOCO 2 - ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1. De acordo com a estrutura administrativa do estado a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como: *(resposta única)*

Para responder este item considere as definições abaixo:

Sobre a gestão da assistência social, considere a gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme CF/88, LOAS/93, PNAS/2004 e normativas consoantes.

Secretaria estadual exclusiva da área de Assistência Social *(pule para a questão 3)*

Refere-se ao órgão gestor que coordena, formula e executa exclusivamente a política de assistência social, não sendo responsável pela coordenação, formulação ou execução de outras políticas setoriais, não estando, portanto, nem associada, nem subordinada à outra política setorial. Portanto, o órgão gestor estadual trata isoladamente da assistência social.

Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais.

Refere-se ao órgão gestor que é responsável pela coordenação, formulação e execução da política de assistência social bem como de outras políticas, tais como trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, entre outras. Para marcar esta opção o respondente deve avaliar se o órgão gestor da assistência social do Estado atua com outra política setorial (por exemplo: trabalho, saúde, educação, segurança alimentar, direitos humanos), mas não está subordinado a esta política. Ambos os setores de governo atuam em conjunto, mas não subordinados um ao outro.

Fundação Pública *(pule para a questão 3)*.

O órgão gestor é uma fundação pública, ou órgão da administração indireta do estado. As fundações públicas são órgãos da administração indireta, com personalidade jurídica, vinculadas ao poder público. São criadas por meio de lei específica e regulamentadas por decreto do executivo. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviço.

Setor subordinado a outra secretaria.

O órgão gestor da assistência social compõe de forma subordinada a estrutura organizacional de outra Secretaria, sendo, por exemplo, uma Subsecretaria, ou Departamento, etc. Nesta opção deve-se levar em conta se o órgão gestor da assistência social tem "status" ou não de Secretaria. Se o órgão gestor da assistência social não possui "status" de Secretaria e atua em conjunto com outra política setorial, por exemplo, educação, saúde, habitação, de forma subordinada deve ser marcada esta opção. Portanto, marcar esta opção quando o órgão gestor da assistência social é parte da estrutura organizacional do Estado, porém não possui status de secretaria, encontrando-se diretamente subordinado a uma secretaria diversa da assistência social.

2. A que secretaria ou setor a assistência social está associada ou subordinada? *(admite múltiplas respostas)*

Educação. Planejamento. Saúde. Habitação. Segurança Alimentar.
 Trabalho. Direitos Humanos. Outra. Qual? _____.

Informar a qual secretaria/pasta ou setor o órgão gestor da assistência social está vinculado ou subordinado. Caso a secretaria esteja responsável pela formulação e execução de mais de uma política ou setor além da assistência social ou se a Secretaria é uma Subsecretaria ou Departamento de outro setor público.

3. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui regimento interno?

Regimento interno é um conjunto de regras estabelecidas por uma instituição para regulamentar o seu funcionamento. Visa regulamentar como se dará o funcionamento dessa instituição, buscando o cumprimento de sua função pública regularmente instituída.

Sim Não *(pule para a questão 5)*.

4. Qual o ano da última atualização do regimento interno?

|_|_|_|_|

Informar em que ano, no formato “aaaa”, ocorreu a última atualização do regimento interno do órgão gestor da Assistência Social. Exemplo: Se o regimento interno foi atualizado e entrou em vigência no ano de 2006 e no ano de 2012 está em processo de atualização o ano a ser informado é o de 2006.

5. Indique se as áreas abaixo estão constituídas como subdivisões administrativas (superintendência, departamentos, gerências, coordenações, etc.) na estrutura do órgão gestor? (resposta única por linha)

De acordo com as áreas listadas abaixo, informar se as mesmas compõem subdivisões administrativas na estrutura formal do órgão gestor (superintendência, departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc.) constituídas em instrumento normativo (tais como, lei, decreto, portaria ou congêneres) que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, na estrutura formal do órgão gestor:

Refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (superintendência, departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congêneres que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.

Sim, de maneira informal

Refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma.

Não constituída.

Não existe no órgão gestor o setor administrativo/técnico que esteja responsável especificamente por aquela área em questão.

| Áreas de Serviços e Benefícios | Sim, na estrutura formal do órgão gestor | Sim, de maneira informal | Não constituída |
|--|--|--------------------------|-----------------|
| Proteção Social Básica | _ | _ | _ |
| Proteção Social Especial | _ | _ | _ |
| Gestão do Bolsa Família | _ | _ | _ |
| Gestão de Benefícios Assistenciais (Benefícios Eventuais e BPC) | _ | _ | _ |

| Áreas ligadas à Gestão | Sim, na estrutura formal do órgão gestor | Sim, de maneira informal | Não constituída |
|--|--|--------------------------|-----------------|
| Gestão do SUAS | _ | _ | _ |
| Vigilância Socioassistencial (Inclusive áreas de monitoramento e avaliação) | _ | _ | _ |
| Gestão do Trabalho | _ | _ | _ |
| Regulação do SUAS | _ | _ | _ |
| Gestão Financeira e Orçamentária | _ | _ | _ |

6. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui estruturas administrativas descentralizadas (escritórios regionais ou similares)?

Estruturas administrativas descentralizadas são, via-de-regra, unidades administrativas regionais, definidas por um governo de estado ou por uma política setorial específica, que ao instalar escritórios, ou outro tipo de estrutura administrativa, em regiões predefinidas por meio de desenhos de regionalização, transferem determinadas competências de gestão do governo central para estas unidades e visam entre outras coisas apoiar tecnicamente aos municípios pertencentes àquelas regiões, além de buscar ganhar maior agilidade e eficiência e se aproximar dos cidadãos.

Sim

Marque esta opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social possuir unidades administrativas regionais descentralizadas.

Não (pule para a questão 8)

Marque esta opção para os casos em que a Secretaria Estadual de Assistência Social não possuir unidades administrativas regionais descentralizadas.

7. Quantos são os escritórios regionais (ou similares) da Assistência Social no Estado?

____.

Informar a quantidade de escritórios regionais (ou similares) que a Secretaria Estadual de Assistência Social possui em todo o Estado.

8. O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no estado?

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano e, segundo a [Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional](#) (Losan), cabe ao poder público assegurá-lo. Para garantir a segurança alimentar e nutricional, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) adota políticas de ampliação do acesso aos alimentos, combinando programas e ações de apoio à agricultura tradicional e familiar de base agroecológica e cooperativa, além da implantação de uma ampla Rede de Segurança Alimentar e Nutricional. Dentro desse propósito, as políticas públicas garantem o acesso regular e permanente a alimentos (inclusive a água) de qualidade e em quantidade suficiente para uma vida saudável. Essas políticas estão voltadas a todos os cidadãos, particularmente a população em situação de vulnerabilidade social e os povos e comunidades tradicionais.

Sim

Marque esta opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social for o órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no estado.

Não

Marque esta opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não for o órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional no estado.

BLOCO 3 – GESTÃO DO SUAS

9. O Estado possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS): (resposta única).

Para responder a pergunta, considere a seguinte definição:

O plano de assistência social consiste em um instrumento de planejamento estratégico que norteia a execução da PNAS/2004, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do Conselho de Assistência Social, e contém os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e

fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Sim

Refere-se à existência do Plano Estadual de Assistência Social com aprovação do Conselho de Assistência Social.

Não possui (pule para a questão 13)

Indica que a Secretaria de Estado da Assistência Social, ou congênere, não elaborou o Plano Estadual de Assistência Social.

10. Com que frequência o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) é atualizado? (resposta única).

Indique qual a periodicidade de revisão do Plano Estadual, ou seja, se essa revisão é feita todo ano, a cada 2 anos, a cada 4 anos ou mais.

Se a revisão do Plano Estadual é feita 2 ou mais vezes por ano, por exemplo semestralmente, marque a primeira opção “mais de uma vez por ano”.

- Mais de uma vez por ano.
- Anualmente.
- Bienalmente.
- De quatro em quatro anos.
- Mais de quatro anos.

11. Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) com a respectiva aprovação pelo CEAS?

||_|_|.

Informar em que ano, no formato “aaaa”, o órgão gestor realizou a última revisão do Plano Estadual de Assistência e o submeteu à aprovação do CEAS.

12. O Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) incorpora as deliberações das Conferências Estaduais? (resposta única).

Totalmente.

Marque essa opção se o Plano Estadual de Assistência Social incorporou todas as deliberações das Conferências Estaduais

A maior parte das deliberações é incorporada ao PEAS.

Marque essa opção se o Plano Estadual de Assistência Social incorporou a maior parte das deliberações das Conferências Estaduais

A metade das deliberações é incorporada ao PEAS.

Marque essa opção se o Plano Estadual de Assistência Social incorporou a metade das deliberações das Conferências Estaduais

A menor parte das deliberações é incorporada ao PEAS.

Marque essa opção se o Plano Estadual de Assistência Social incorporou a menor parte das deliberações das Conferências Estaduais

Não incorpora.

Marque essa opção se o Plano Estadual de Assistência Social não incorporou nenhuma deliberação das Conferências Estaduais

13. Existe Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS?

Sim

Refere-se à existência de Lei estadual regulamentadora do SUAS.

Não (pule para a questão 17)

Assinalar esta alternativa caso não exista Lei Estadual de regulamentação do SUAS.

14. De que ano é a Lei?

|_|_|_|_|

Informar em que ano, no formato “aaaa”, ocorreu a criação da Lei Estadual de regulamentação do SUAS.

15. Qual o número da(s) Lei(s)?

|_____| **(campo texto)**

Informar o número da Lei estadual de regulamentação do SUAS.

16. Informe o conteúdo previsto na Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS? (admite múltiplas respostas)

De acordo com o conteúdo da Lei Estadual que regulamentou o SUAS no estado, assinale aqueles itens presentes em seu conteúdo.

- Conceituação da assistência social;
- Funções da assistência social (Vigilância Socioassistencial, Proteção Social, Defesa de Direitos);
- Princípios pelos quais a Assistência Social é regida;
- Diretrizes para organização da Assistência Social;
- Organização da assistência social por níveis de Proteção Social;
- Conceituação e Objetivos do SUAS;
- Público destinatário do SUAS;
- Previsão do financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- Especificação do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social e pela gestão do Fundo de Assistência Social;
- Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social;
- Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS;
- Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais;
- Especificação e conceituação dos benefícios eventuais.

17. Existe Projeto de Lei que regulamenta o Sistema Único da Assistência Social – SUAS em tramitação no legislativo?

Sim

Marque essa opção caso exista Projeto de Lei que regulamente o SUAS em tramitação no legislativo estadual.

Não

Marque essa opção caso não exista Projeto de Lei que regulamenta o SUAS em tramitação em tramitação.

Quais os instrumentos da Política de Assistência Social são regulamentados, em âmbito estadual, por mecanismo legal? (resposta única por linha)

Indique quais instrumentos da **política** de assistência social que foram regulados por lei e/ ou regulamentados por decretos, portarias, resoluções, etc., em âmbito municipal.

| Instrumentos da Política de Assistência Social | Instrumento que regulamentou | | | | | |
|---|------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | Não regulamentado | Lei Estadual | Decreto Estadual | Portaria Estadual | Resolução do CEAS | Resolução da CIB |
| Conselho Estadual de Assistência Social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Fundo Estadual de Assistência Social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Política Estadual de Assistência Social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Plano Estadual de Assistência Social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Projetos e programas de assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Concessão de isenção fiscal para entidades de assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Critérios de repasses de recursos para municípios | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Critérios de repasses de recursos para entidades | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Critérios de concessão e prestação de benefícios eventuais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Critérios e modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Comissão Intergestores Bipartite | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Outros. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Conselho Estadual de Assistência Social.

De acordo com a LOAS, artigo 16, o CEAS é uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução nº 237, de 14 de Dezembro de 2006, do CNAS, estabelece diretrizes para a estruturação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.

Fundo Estadual de Assistência Social.

Os Fundos de Assistência Social são fundos especiais de natureza contábil que dependem de autorização legislativa, na forma exigida pelo artigo 167, inciso IX da Constituição Federal. Compõem-se das receitas provenientes de contribuições ou taxas e das dotações orçamentárias específicas, além de doações e outros ingressos previstos no artigo 3º do Decreto nº 1.605/95. Os fundos especiais são também regulados pelos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320/64.

Política Estadual de Assistência Social

Estabelece princípios e diretrizes para a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito estadual, para o atendimento das necessidades sociais identificadas, por meio de um conjunto articulado de serviços continuados, benefícios, programas e projetos.

Plano Estadual de Assistência Social.

O plano de assistência social consiste num instrumento de planejamento estratégico que norteia a execução da PNAS/2004, cuja elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do

Conselho Municipal de Assistência Social, e contém os objetivos gerais e específicos, as diretrizes e prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

Projetos, programas e ações de assistência social.

Projetos – definidos nos art. 25 e 26 da LOAS, caracterizam-se como investimentos econômicos-sociais nos grupos em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas.

Programas – Compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e serviços socioassistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Concessão de isenção fiscal para entidades de assistência social.

Isenção fiscal é a dispensa de tributo por meio de lei, realizada pelo ente federativo competente para instituí-lo.

Critérios de repasse de recursos para municípios.

De acordo com a NOB SUAS/2005 a partilha dos recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social deve seguir critérios pautados em diagnósticos e indicadores socioterritoriais locais e regionais que dêem conta de contemplar as demandas e prioridades apresentadas de forma específica, a partir das diversidades apresentadas. Tais critérios devem ser pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS.

Critérios de repasse de recursos para entidades.

Indique se o órgão Gestor regulamentou, e por qual instrumento legal, os critérios de repasse de recursos para entidades da rede socioassistencial privada.

Critérios de concessão e prestação de benefícios eventuais.

Benefícios Eventuais de acordo com a LOAS, art. 22, são aqueles que visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte às famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto do salário mínimo).

Além disso, benefícios eventuais podem ser também aqueles voltados a atender necessidades advindas de situação de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Critérios e modalidades do cofinanciamento dos benefícios eventuais

O Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre os benefícios eventuais, no Art. 6º dispõe que: “Cabe aos Estados destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social, de acordo com o disposto no art. 13 da Lei nº 8.742, de 1993”.

Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social.

São definições que permitem estabelecer bases de padronização dos serviços e equipamentos de forma a aferir a qualidade dos serviços prestados à população.

Comissão Intergestores Bipartite

Instância de gestão formada por gestores municipais e estaduais da assistência social responsável por pactuar, no âmbito do Estado, a aplicação das resoluções normativas do SUAS.

Outros.

18. Indique se a Secretaria de Assistência Social possui algum tipo de parceria formalizada (termo de cooperação ou similar) com os seguintes órgãos:

Parceria formalizada é a materialização reguladora de um vínculo por meio de um instrumento (formal) específico que aponte as obrigações e direitos para o fomento e execução de atividades conjuntas de interesse público.

| Órgão | Tem parceria formalizada? | |
|--------------------|------------------------------|------------------------------|
| Ministério Público | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Defensoria Pública | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |
| Poder Judiciário | <input type="checkbox"/> Sim | <input type="checkbox"/> Não |

Identificação do agente estadual responsável pelas respostas declaradas no formulário

Devem ser preenchidos os dados: nome (de forma legível), CPF, telefone e e-mail do agente estadual responsável pelas respostas declaradas no formulário.

É preciso também informar o nome legível do agente responsável pelas informações declaradas no formulário, seu CPF, telefone, e-mail, cargo ou função. Caso não seja o (a) Secretário (a) Estadual de Assistência Social a preencher o questionário, a pessoa que o preencher deverá ser por ele designada. Por fim, é imprescindível que o responsável pelo preenchimento a data do preenchimento do formulário.

BLOCO 4 – REGIONALIZAÇÃO

19. A Secretaria de Estado da Assistência Social possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado? *(resposta única)*.

Sim, possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de média complexidade no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual fez um levantamento de quantos e onde estão localizados somente os serviços da proteção social especial de média complexidade (públicos e privados) ofertados no Estado.

Sim, possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de alta complexidade no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual fez um levantamento de quantos e onde estão localizados somente os serviços de proteção social especial de alta complexidade (públicos e privados) ofertados no Estado.

Sim, possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de média e alta complexidade no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual fez um levantamento de quantos e onde estão localizados os serviços de proteção social especial de média E alta complexidade (públicos e privados) ofertados no Estado.

Não possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não fez um levantamento de quantos e onde estão localizados os serviços de proteção social especial de média e alta complexidade (públicos e privados) prestados no Estado.

20. A Secretaria de Estado da Assistência Social possui diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito existentes no estado?

O diagnóstico deve identificar a incidência de situações de risco e violação de direitos presentes nas regiões e subsidiar a avaliação e identificação da existência de demandas e prioridades para a implantação de serviços regionais. Poderão ser usados dados da vigilância socioassistencial, do diagnóstico socioterritorial dos municípios e dos sistemas de informações do SUAS, IBGE, entre outros.

Sim

Não

21. A Secretaria de Estado da Assistência Social possui plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial de média ou de alta complexidade? (resposta única).

No plano da regionalização devem ser previstos os compromissos e responsabilidades a serem desempenhados pelos Estados e municípios abrangidos pela regionalização para o suporte e execução dos serviços. Além disso, devem ser acordadas as responsabilidades na composição dos recursos humanos das unidades; meios necessários para assegurar o deslocamento da equipe no território de abrangência; e o suporte necessário nos municípios vinculados para a oferta de serviços com qualidade.

Sim, para os de média complexidade.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual tem um plano ou proposta de regionalização somente para os serviços da proteção social especial de média complexidade.

Sim, para os de alta complexidade.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual tem um plano ou proposta de regionalização somente para os serviços da proteção social especial de alta complexidade.

Sim, para ambos.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual tem um plano ou proposta de regionalização para os serviços da proteção social especial de média e alta complexidade.

Não há plano ou proposta de regionalização dos serviços de média ou alta complexidade (pule para a questão 29).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não tem um plano ou proposta de regionalização para os serviços da proteção social especial de média e alta complexidade.

22. O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial identifica municípios-sede para implantação de serviços regionais de média ou alta complexidade? (resposta única).

O município sede dos serviços regionais deverá possuir localização geográfica estratégica, levando em conta a necessária articulação entre a rede socioassistencial pública e privada e com as demais políticas públicas, em especial a Saúde e o Sistema de Garantia de Direitos, condições de acesso pela população, o trânsito das equipes (meios e tempo de deslocamento, malha viária, etc.), densidade populacional, demandas identificadas, prioridades estabelecidas, rede de serviços disponíveis, fluxos de articulação, infraestrutura, mecanismos de gestão, entre outros aspectos que auxiliem na definição dos municípios sede e vinculados aos serviços regionais.

Sim, tanto para os serviços de média quanto de alta complexidade.

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização identifica os municípios sede para a implantação dos serviços da proteção social especial de média e alta complexidade.

Sim, apenas para os serviços de média complexidade.

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização identifica os municípios sede para a implantação somente dos serviços da proteção social especial de média complexidade.

Sim, apenas para os serviços de alta complexidade.

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização identifica os municípios sede para a implantação somente dos serviços da proteção social especial de alta complexidade.

Não.

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização **não identifica** os municípios sede para a implantação dos serviços da proteção social especial de média e alta complexidade.

23. O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial abrange todo o território estadual?

Sim

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização prevê a implantação de serviços de proteção social especial em todos os territórios regionais que não possuem cobertura dos serviços desta proteção.

Não

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização não abrange todos os territórios que não possuem cobertura dos serviços desta proteção.

24. Quais foram os parâmetros (ou referências) adotados para o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial no estado? *(admite múltiplas respostas)*.

Número de municípios na região.

Marque essa opção se o número de municípios na região foi adotado como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Distância para deslocamento entre os municípios.

Marque essa opção se a distância para deslocamento entre os municípios foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial.

Distribuição territorial da população.

Marque essa opção se a distribuição territorial da população foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial.

Distribuição geográfica da incidência das situações de violação de direitos.

Marque essa opção se a distribuição geográfica da incidência das situações de violações de direitos foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Malha Viária (Facilidade de Acesso).

Marque essa opção se a malha viária (facilidade de acesso) foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Capacidade instalada dos potenciais municípios-sede.

Marque essa opção se a capacidade instalada, que diz respeito à existência de rede de serviços socioassistenciais, com capacidade de ofertar vagas para atendimento da população de outros municípios além da sua própria população, tais como unidades socioassistenciais de média e alta complexidade (pública e privada) com equipe técnica suficiente e espaço físico adequado, dentre outros requisitos.

Comarcas existentes.

Marque essa opção se a existência de Comarcas¹ foi adotada como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial

Outros. Quais? _____.

Marque essa opção se além dos parâmetros elencados, outros foram adotados como critério para definir o território de abrangência dos serviços de proteção social especial.

¹ No Brasil, é termo jurídico que designa uma divisão territorial específica, que indica os limites territoriais da competência de um determinado [juiz](#) ou Juízo de primeira instância. Assim, pode haver comarcas que coincidam com os limites de um município, ou que os ultrapasse, englobando vários pequenos municípios. Nesse segundo caso, teremos um deles que será a sede da comarca, enquanto que os outros serão distritos deste, somente para fins de organização judiciária. Comarca seria o lugar onde o [juiz de primeiro grau](#) tem competência, o lugar onde exerce sua jurisdição (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Comarca>).

25. De acordo com o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial, a oferta dos serviços regionalizados se dará por: (admite múltiplas respostas).

Marque as opções de acordo com a forma de execução dos serviços regionais

| Forma como se dará a oferta de serviços regionalizados | Média complexidade | Alta Complexidade |
|--|---|---|
| Execução direta do estado dos serviços da proteção social especial | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Repasse de recursos do estado para os municípios-sede | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Consórcio Público entre o estado e os municípios | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |
| Consórcio Público entre os municípios | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não |

1. Execução direta do estado dos serviços da proteção social especial – nesse modelo o Estado é responsável, entre outras coisas pela programação e execução dos recursos financeiros, gestão, contratação das equipes e organização do seu deslocamento aos municípios vinculados, análise dos dados produzidos nos serviços, vigilância socioassistencial, entre outros aspectos que digam respeito ao funcionamento dos serviços regionais.

2. Repasse de recursos do estado para os municípios-sede – nesse modelo o Estado somente cofinancia os serviços regionais, e o município-sede assume a responsabilidade pela sua execução que diz respeito, entre outras coisas, a programação e execução dos recursos financeiros, gestão, contratação das equipes e organização do seu deslocamento aos municípios vinculados, análise dos dados produzidos nos serviços, vigilância socioassistencial, entre outros aspectos que digam respeito ao funcionamento dos serviços regionais.

3. Consórcio Público² entre o estado e os municípios – os consórcios públicos são pessoas jurídicas que integram a Administração Pública de todos os entes consorciados autorizando, por meio de lei aprovada pelas respectivas câmaras legislativas de cada ente envolvido, a gestão associada de serviços públicos;

4. Consórcio Público entre os municípios – nesse modelo a responsabilidade de gestão e execução dos serviços regionais é dos municípios consorciados sem participação do Estado.

26. Caso deseje prestar informações adicionais sobre a oferta dos serviços de proteção social especial regionalizados, utilize este espaço:_____.

Se algum aspecto da regionalização dos serviços da proteção social especial do seu Estado não foi contemplado neste questionário favor prestar as informações adicionais neste espaço.

27. O plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB)?

Sim

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite

Não

Marque essa opção se o plano ou proposta de regionalização dos serviços de proteção social especial não foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite

² Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da federação, para a realização de objetivos de interesse comum, em qualquer área. Um dos objetivos é viabilizar a gestão pública nos espaços metropolitanos, em que a solução de problemas comuns só pode se dar por meio de políticas e ações conjuntas. O consórcio também permite que pequenos municípios ajam em parceria e, com o ganho de escala, melhorem a capacidade técnica, gerencial e financeira. Também é possível fazer alianças em regiões de interesse comum, como bacias hidrográficas ou polos regionais de desenvolvimento, melhorando a prestação de serviços públicos. (<http://www.planalto.gov.br/sri/consorcios/consorcios.htm>).

28. Atualmente está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter regional de proteção social especial de média ou alta complexidade? (resposta única). Atenção! Devem ser considerados como Regionais apenas os Serviços/Unidades que atendam a mais de um município, mediante acordo, regulação ou pactuação estabelecida entre o estado e os respectivos municípios.

Para esta questão, considere as seguintes definições:

Devem ser considerados como Regionais apenas os Serviços/Unidades que atendam a mais de um município, mediante acordo, regulação ou pactuação estabelecida entre o estado e os respectivos municípios.

Serviço/unidade de caráter Regional refere-se à oferta compartilhada e integrada, por mais de um município, de serviços socioassistenciais visando assegurar a cobertura integral de acesso à proteção, sendo orientada por informações relativas à territorialização da demanda. Estes serviços devem ser de oferta ou coordenação estadual.

Caso o município receba usuários de outros municípios, mas não há nenhuma formalização entre os municípios, o serviço/unidade não deve ser contabilizado como regional.

| Níveis de Complexidade | Existe alguma Unidade de caráter Regional? | Caso “Sim”, indique a quantidade e o ente responsável pela gestão | | |
|------------------------|---|---|---------------------------------|------------------------------------|
| | | Quantidade Total de Unidades de caráter Regional | Quantidade sob Gestão do Estado | Quantidade sob Gestão de Município |
| Média Complexidade | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| Alta Complexidade | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |

Média Complexidade – Existe alguma Unidade de caráter Regional?

Sim

Marque essa opção caso exista no Estado alguma unidade de caráter regional da proteção social especial de média complexidade.

Não

Marque essa opção caso **não exista** no Estado nenhuma unidade de caráter regional da proteção social especial de média complexidade. **Se marcar “Não”, pule para a linha seguinte.**

Caso “Sim”, indique a quantidade e o ente responsável pela gestão

Se existe alguma unidade de caráter regional, indique a quantidade total, e quantas estão sob gestão do Estado e do Município.

Alta Complexidade – Existe alguma Unidade de caráter Regional?

Sim

Marque essa opção caso exista no Estado alguma unidade de caráter regional da proteção social especial de alta complexidade.

Não

Marque essa opção caso **não exista** no Estado nenhuma unidade de caráter regional da proteção social especial de alta complexidade. **Se marcar “Não”, pule para próxima questão.**

Caso “Sim”, indique a quantidade e o ente responsável pela gestão

Se existe alguma unidade de caráter regional, indique a quantidade total, e quantas estão sob gestão do Estado e do Município.

BLOCO 5 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

29. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço socioassistencial da Proteção Social Básica?

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual executa nos municípios algum serviço socioassistencial da Proteção Social Básica (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos; e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas).

Não *(pule para a questão 32).*

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não executa nenhum serviço nos municípios da Proteção Social Básica (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - de 0 a 6 anos, de 6 a 15 anos, de 15 a 17 anos e idosos; e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas).

30. Existe procedimento de transição destes serviços da proteção social básica para os municípios? *(resposta única)*

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Básica consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

Sim, para todos os serviços.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual adotou procedimentos para a transferência da execução de todos os serviços da Proteção Social Básica.

Sim, para alguns deles.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual adotou procedimentos para a transferência da execução de alguns serviços da Proteção Social Básica.

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não adotou procedimentos para a transferência da execução dos serviços da Proteção Social Básica para os municípios nos quais executa diretamente os serviços.

31. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço da proteção social especial de média complexidade?

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual executa diretamente algum serviço de proteção social especial de média complexidade.

Não *(pule para a questão 34).*

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não executa diretamente nenhum serviço de proteção social especial de média complexidade.

32. Caso sim, os serviços de proteção social de média complexidade executados pelo estado estão situados em municípios de qual porte?

No caso da Secretaria Estadual executar diretamente serviços de proteção social de média complexidade, indique os serviços executados, detalhando por porte de municípios e por tipo de serviço.

Classificação dos Municípios segundo Porte:

Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes
 Pequeno Porte II – entre 20.001 a 50.000 habitantes
 Médio Porte – entre 50.001 a 100.000 habitantes
 Grande Porte – entre 100.001 a 900.000 habitantes
 Metrôpoles – acima de 900.000 habitantes

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

| Porte do Município | Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade executado diretamente pelo estado | | | | | | | | | | |
|--------------------|---|--------------------------|---|--------------------------|---|--------------------------|---|--------------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| | Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) | | Serviço Especializado em Abordagem Social | | Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de LA* e PSC** | | Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias. | | Serviço Especializado para pessoas em situação de rua | | |
| | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | |
| Pequeno porte I | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Pequeno porte II | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Médio porte | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Grande porte | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Metrópole | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

*LA – Liberdade Assistida **PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

33. A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço de proteção especial de alta complexidade?

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual executa diretamente algum serviço de proteção social especial de alta complexidade que seja somente de abrangência municipal.

Não (pule para a questão 36).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não executa diretamente nenhum serviço de proteção social especial de alta complexidade que seja somente de abrangência municipal.

Atenção! Para informações sobre os Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade consultar o documento “Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais”, disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/tipificacao-nacional-de-servicos-socioassistenciais/tipificacao-nacional-dos-servicos-socioassistenciais>

34. Caso sim, os serviços de proteção social de alta complexidade executados pelo estado estão situados em municípios de qual porte?

No caso da Secretaria Estadual executar diretamente serviços de proteção social de alta complexidade, detalhar por serviços e por porte de municípios.

| Serviço da Proteção Social Especial de Alta Complexidade | Porte do Município | | | | | | | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | Pequeno Porte I | | Pequeno Porte II | | Médio Porte | | Grande Porte | | Metrópole | |
| Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos): | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| • Para crianças e adolescentes | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Para idosos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Para pessoas em situação de rua | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Para pessoas com deficiência | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Para mulheres vítimas de violência | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Unidades de Acolhimento em República: | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não | Sim | Não |
| • Para jovens (maiores de 18 anos) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Para adultos em processo de saída das ruas | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| • Para idosos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Família Acolhedora | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

35. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui convênios com entidades para prestação de serviços socioassistenciais? (admite múltiplas respostas, exceto se marcar que não possui convênios).

Não possui convênios celebrados com entidades (pule para a questão 39).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual não possui nenhum convênio com entidades para prestação de serviços socioassistenciais.

Sim, para serviços de proteção social básica.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção social básica

Sim, para serviços de proteção social especial de média complexidade.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção social especial de média complexidade

Sim, para serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Marque essa opção se a Secretaria Estadual possui convênio com entidades para prestação somente de serviços de proteção social especial de alta complexidade

36. Quantidade total de entidades que recebem recurso da Secretaria Estadual de Assistência Social por convênio:

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênios, da Secretaria Estadual de Assistência Social.

entidades.

37. Destas entidades que recebem recurso da Secretaria por convênio, indique a quantidade por nível de proteção do serviço ofertado:

___|___|___| entidades que prestam serviços de proteção social básica.

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de serviços de proteção social básica.

___|___|___| entidades que prestam serviços de proteção social especial de média complexidade.

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de serviços de proteção social especial de média complexidade.

___|___|___| entidades que prestam serviços de proteção social especial de alta complexidade.

Informe o número de entidades que recebem recurso, por meio de convênio, com a Secretaria Estadual para prestação de serviços de proteção social especial de alta complexidade.

38. Onde está localizada a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na estrutura do estado? (resposta única)

Indique em qual área da estrutura do Estado está localizada a gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

Na Proteção Social Especial

Na Proteção Social Básica

Vinculada diretamente ao gabinete do(a) Secretário(a)

Outro. Qual? _____

Não há equipe/pessoa de referência responsável pela gestão do PETI

39. Nos últimos 12 meses o Estado realizou campanhas ou mobilização para enfrentamento do Trabalho Infantil?

O PETI está estruturado estrategicamente em cinco eixos de atuação: informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas; busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços socioassistenciais e encaminhamento para outras políticas públicas.

Informe se o Estado realizou campanhas ou mobilização para o enfrentamento do trabalho infantil nos últimos doze meses. Campanhas e mobilização compreendem qualquer atividade que vise

Sim

Não

40. O órgão gestor elaborou estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil no Estado?

Informe se o órgão gestor elaborou estudos e/ou diagnósticos sobre o trabalho infantil no estado.

Sim

Não

41. Indique as políticas ou instituições com as quais desenvolve ações em parceria visando o enfrentamento do trabalho infantil no estado (admite múltipla marcação).

e encaminhamento para serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer ou trabalho; reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares; e monitoramento.

Informe as políticas e/ou instituições com as quais a gestão estadual desenvolve ações em parceria, visando o enfrentamento do trabalho infantil no estado. Caso não desenvolva ações em parceria para este fim, assinale a última opção.

Educação

Saúde

Cultura

- Esporte
- Agricultura
- Superintendência Regional do Trabalho (antiga Delegacia Regional do Trabalho)
- Outros órgãos públicos da área do Trabalho e Emprego
- Sindicatos, associações ou cooperativas de trabalhadores rurais
- Sindicatos, associações ou cooperativas de trabalhadores urbanos
- Empresas ou Entidades Patronais
- Organizações Não Governamentais de defesa de direitos das crianças e adolescentes
- Poder Judiciário
- Ministério Público
- Conselho Tutelar
- Defensoria Pública
- Não desenvolve ações em parceria com outras políticas ou instituições

BLOCO 6 – BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

42. O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico)?

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social possui programa próprio de transferência regular de renda a um público específico.

Não (pule para a questão 49).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não possui programa próprio de transferência regular de renda a um público específico.

43. Se sim, qual o nome do programa próprio de transferência de renda do estado? _____.

No caso da Secretaria Estadual de Assistência Social possuir programa próprio de transferência regular de renda informar o nome do programa.

44. O Programa próprio de transferência de renda do estado está sob a gestão do órgão gestor da assistência social?

Sim (pule para a questão 47).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social for o órgão responsável pela gestão do programa próprio de transferência de renda.

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não for o órgão responsável pela gestão do programa próprio de transferência de renda.

45. Caso não, indique o órgão estadual responsável pelo programa: _____.

Caso a Secretaria Estadual de Assistência Social não seja o órgão responsável pela gestão do programa próprio de Transferência de renda, informe qual o órgão estadual é responsável.

46. Existe lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado?

Sim

Marque essa opção se o programa próprio de transferência de renda estiver regulamentado em lei estadual.

Não

Marque essa opção se o programa próprio de transferência de renda não estiver regulamentado em lei estadual.

47. O pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado é atrelado ao Programa Bolsa Família?

De acordo com o Manual de Gestão de Benefícios (MDS/SENARC/2008) o Bolsa Família permite integração com programas de transferência de renda estaduais e municipais, o que compreende a junção de programas locais ao federal por meio da celebração de um acordo de cooperação.

Os objetivos principais são aumentar o valor dos benefícios pagos e da cobertura do Programa na localidade, minimizar os riscos de sobreposição entre os programas de transferência de renda federal e estadual e promover a unificação dos processos de concessão e pagamento dos benefícios.

Os acordos podem ser firmados tanto por municípios quanto por estados que se dispuserem a destinar orçamento próprio para o pagamento complementar de benefícios a famílias atendidas pelo Bolsa Família. Dessa forma, é propiciada integração entre políticas sociais federais e estaduais e a redução de custos administrativos e o aumento da eficiência.

Sim

Marque essa opção se o pagamento do programa de transferência de renda do estado é integrado ao Programa Bolsa Família.

Não

Marque essa opção se o pagamento do programa de transferência de renda do estado não é integrado ao Programa Bolsa Família.

48. O estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social?

A Resolução nº 212/2006 do CNAS propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social.

O Decreto n.º 6.307/2007 dispõe que “benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”. O referido Decreto está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm.

Sim

Marque essa opção se há concessão direta pelo estado de benefícios eventuais

Não (pule para a questão 51)

Marque essa opção se o estado não realiza a concessão direta de benefícios eventuais.

49. Caso sim, quais são os benefícios eventuais no Estado? (admita múltiplas respostas)

Informe quais os benefícios eventuais concedidos no Estado, considerando as definições a seguir.

Auxílio Funeral

O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia, por uma única parcela, ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

O artigo 4º do Decreto [6.307/2007](#) estabelece que o auxílio por morte atende prioritariamente:

I - a despesas de urna funerária, velório e sepultamento;

II - a necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e

III - a ressarcimento, no caso da ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário.

Marque essa opção se há concessão direta pelo estado de auxílio funeral.

Auxílio Natalidade

O benefício eventual, na forma de auxílio-natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em pecúnia ou em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

O artigo 3º do Decreto 6.307/2007 estabelece que o auxílio por natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém nascido; e

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Marque essa opção se há concessão direta pelo estado de auxílio natalidade.

Benefício Eventual para situação de calamidade pública

Para atendimento às vítimas de calamidade pública poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993.

Em parágrafo único do artigo 8º, o [Decreto 6.307/2007](#) estabelece que:

“Para os fins deste Decreto, entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.”

Marque essa opção se há concessão direta pelo estado de auxílio para atendimento de vítimas de calamidade pública.

Outros. Quais?

Indicar caso seja oferecido qualquer outro benefício eventual concedido pelo estado. Se marcar essa opção, especifique qual o benefício concedido.

BLOCO 7 – GESTÃO FINANCEIRA

50. A Secretaria Estadual de Assistência Social possui Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)?

(resposta única)

Para responder este item considere as definições abaixo.

Os Fundos de Assistência Social são fundos especiais de natureza contábil que dependem de autorização legislativa, na forma exigida pelo artigo 167, inciso IX da Constituição Federal. Compõem-se das receitas provenientes de contribuições ou taxas e das dotações orçamentárias específicas, além de doações e outros ingressos previstos no artigo 3º do Decreto nº 1.605/95. Os fundos especiais são também regulados pelos artigos 71 a 74 da Lei nº 4.320/64.

Sim, implantado.

Por “implantado” entende-se o Fundo de Assistência Social regularmente instituído e em funcionamento.

Não possui *(pule para a questão 57)*

Marque esta opção caso o Fundo não esteja funcionando ou regularmente instituído.

51. O FEAS tem CNPJ próprio? *(resposta única)*

Para responder este item considere as definições abaixo.

O CNPJ compreende as informações cadastrais de entidades de interesse das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 2º da Instrução Normativa n.º 748/07 RFB). Sua administração compete a Receita Federal do Brasil, que registra as informações cadastrais das pessoas jurídicas, as que lhe forem equiparadas, e algumas entidades não caracterizadas como tais. Dentre estas estão os órgãos do Poder Executivo dos Municípios que se constituam em unidades gestoras de orçamento. Portanto, os fundos públicos de natureza meramente contábil são obrigados a se inscrever no CNPJ (art. 11 da Instrução Normativa n.º 748/07 RFB).

Os Fundos de Assistência Social são fundos contábeis especiais, sem personalidade jurídica, que, embora vinculados ao órgão gestor da política pública de assistência social, possuem autonomia administrativa e financeira. Assim, o Fundo de Assistência Social do Distrito Federal (FAS/DF), os Fundos Estaduais de Assistência Social (FEAS) e os Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) são geridos pelos órgãos responsáveis pela assistência social nessas esferas de governo, sob orientação e fiscalização dos respectivos conselhos estaduais e municipais de assistência social.

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da Constituição Federal. Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Sim, como matriz.

Por FEAS cadastrado “como matriz” entende-se aquele diretamente registrado no CNPJ.

Sim, como filial.

O FMAS cadastrado “como filial” é aquele cujo registro principal está em nome do órgão gestor da assistência social e só, acessoriamente, em nome próprio, refletindo, pois, a vinculação deste àquele.

Não possui.

O não cadastramento implica a inexistência de CNPJ.

OBS.: Em 14/5/2010 foi publicada a tabela de natureza jurídica 2009 da Comissão de Classificação, que criou códigos distintos para o executivo municipal e para os fundos especiais. Como as regras do CNPJ não permitem que um registro contenha dois códigos de natureza distintos, não é possível mais classificar os fundos como filial. Portanto a partir de 2010 os fundos devem ser registrados com seus CNPJs próprios no código de atividade “120-1” (Fundo Público).

52. O FEAS é uma unidade orçamentária?

Para responder este item considere as definições abaixo.

Segundo o Manual Técnico Orçamentário da União – MTO, Unidades Orçamentárias são as estruturas administrativas responsáveis pelas dotações orçamentárias e pela realização das ações.

Unidade orçamentária, portanto, é o segmento da administração a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.

Sim

Marque “sim” quando já na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão previstas dotações orçamentárias (recursos recebidos da União ou próprios) diretamente no FEAS, situação em que ele será unidade orçamentária.

Não

Marque esta opção se a totalidade dos recursos orçamentários (próprios ou recebidos da União) previstos para serem executados pelo FEAS foram na Lei Orçamentária Anual (LOA) consignados ao órgão gestor da assistência social (Secretaria) ou em outro órgão, sendo apenas posteriormente repassados ao FMAS.

53. O ordenador de despesa do FEAS é? *(resposta única)*

Para responder este item considere as definições abaixo.

Ordenador de despesa é todo e qualquer agente público de cujos atos resultarem emissão de empenho, autorização de pagamento ou dispêndio de recursos do Estado.

É pessoa investida legalmente de competência para assumir obrigações em nome de ente da Federação.

A ordenação de despesa poderá ser objeto de delegação de competência mediante ato específico. (art. 21, § 2º, LRF).

Informe quem é o ordenador de despesas na esfera estadual.

O Governador.

O Secretário (a) Estadual da Assistência Social.

Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social.

Secretário ou técnico de outra área.

R\$ |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|.

57. Qual o valor total da execução orçamentária estadual no ano de 2012 (considerar os valores liquidados, o total gasto pelo Estado)?

Considerar para responder esta questão o orçamento total executado em 2012 pelo estado (valores liquidados), incluindo, portanto, o orçamento executado por todas as outras políticas setoriais, além da Assistência Social.

Aqui se deve indicar, em relação ao exercício de 2012, a quantidade de recursos executados (gastos) em todas as funções orçamentárias do estado, considerando, portanto, o somatório dos recursos federais e dos recursos próprios (**Atenção!** considerar total do orçamento estadual gasto em todas as políticas setoriais, bem como os demais gastos).

Caso não existam valores a ser informado nesta questão, registre 0 (zero) no último campo à direita antes da vírgula (Exemplo: 0,00).

R\$ |_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|. (**crítica: este valor NÃO pode ser menor ou igual ao valor informado na questão 57).**

58. No ano de 2012, com que frequência o Órgão Gestor Estadual apresentou ao Conselho Estadual de Assistência Social relatório de execução física e financeira das ações de assistência social: (resposta única**)**

O Conselho Estadual de Assistência Social em sua função de acompanhar e avaliar a gestão dos recursos fiscalizará o oferecimento dos serviços socioassistenciais, dos benefícios eventuais, a execução de programas e projetos, as entidades governamentais e não governamentais prestadoras desses serviços, bem como a utilização dos recursos financeiros para este propósito.

Para realizar estas atribuições é essencial que o órgão gestor disponibilize periodicamente relatórios sobre a execução física e a execução financeira no que se refere aos programas e serviços da assistência social.

Indique com que frequência isso ocorre.

Mensalmente.

Bimestralmente.

Semestralmente.

Anualmente.

Não apresentou

59. O recurso do IGD-SUAS foi utilizado para: (admite múltipla escolha, exceto se marcar “Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS”)

O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS – é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como da articulação intersetorial, no âmbito dos municípios, DF e estados. Conforme os resultados alcançados, a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo.

O IGDSUAS foi instituído pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS), regulamentado pelo [Decreto n.º 7.636 de 07 de dezembro de 2011/2011](#), pela [Portaria n.º 337 de 15 de dezembro de 2011](#) e [Portaria nº 7, de 30 de janeiro de 2012](#).

Trata-se de um índice que varia de 0 (zero) a 1 (um) e mostra a qualidade da gestão do SUAS. Quanto mais próximo de 1 estiver o índice, maior é o valor do apoio financeiro repassado aos entes como forma de incentivo ao

aprimoramento da gestão, considerando o teto orçamentário e financeiro. Com base nos resultados apurados, os entes que apresentarem bom desempenho, considerando os critérios das normativas do SUAS, receberão os recursos para investir em atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUAS.

Os recursos do IGDSUAS são incentivos financeiros destinados a apoiar o aprimoramento da:

- I. Gestão de serviços;
- II. Gestão e organização do SUAS;
- III. Gestão articulada e integrada dos serviços e benefícios socioassistenciais;
- IV. Gestão articulada e integrada com o Programa Bolsa Família e com o Plano Brasil Sem Miséria;
- V. Gestão do trabalho e educação permanente na assistência social;
- VI. Gestão da informação do SUAS;
- VII. Implementação da vigilância socioassistencial;
- VIII. Apoio técnico e operacional aos conselhos de assistência social, observado o percentual mínimo fixado;
- IX. Gestão financeira dos fundos de assistência social;
- X. Gestão articulada e integrada com os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho;
- XI. Gestão e organização da rede de serviços assistenciais; e
- XII. Monitoramento do SUAS;

Informe em quais ações o recurso do IGD-SUAS foi utilizado

- Não recebeu ou não executou recursos do IGD-SUAS (**siga para a questão 61**)
- Contratação de estudos, diagnósticos, pesquisas e demais serviços técnicos especializados
- Capacitações, encontros, seminários e oficinas
- Pagamentos de diárias e passagens
- Campanhas, ações de divulgação e esclarecimento da população
- Desenvolvimento de sistemas informatizados
- Aquisição de equipamentos eletrônicos de informática
- Aquisição de outros equipamentos eletrônicos
- Aquisição de *softwares* (programas de computador)
- Aquisição de materiais de consumo e expediente
- Impressão de materiais
- Reforma de unidades públicas
- Aquisição de mobiliário
- Aquisição de veículos
- Manutenção de veículos
- Outros

BLOCO 8 – GESTÃO DO TRABALHO

60. A Secretaria Estadual da Assistência Social tem Mesa de Negociação Permanente do SUAS, instalada em seu âmbito?

A NOB-RH/SUAS estabelece que órgãos gestores federal, estaduais e municipais devem instituir uma mesa de negociação permanente entre gestores, prestadores de serviços, trabalhadores da área da assistência do setor público e privado.

A Mesa de Negociação deve ser constituída com o objetivo de discutir, negociar e definir ações para promover melhorias nas relações e condições de trabalho para os profissionais da rede socioassistencial.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social instituiu a Mesa de Negociação Permanente do Suas em seu âmbito.

Não (pule para a questão 63)

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não instituiu a Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito.

61. Ano de instalação da Mesa de Negociação Permanente do SUAS em seu âmbito?

Indique o ano de realização das primeiras reuniões da Mesa de Negociação Permanente já constituída como tal pelo órgão gestor estadual.

|_|_|_|_| (aaaa).

62. A Secretaria Estadual da Assistência Social tem Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) implantado?

Indique se o órgão gestor estadual da assistência social possui Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) implantado.

A NOB-RH/SUAS sugere que o órgão gestor i) nomeie comissão paritária entre governo e representantes dos trabalhadores para a discussão e elaboração do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários; ii) encaminhe projeto de lei de criação do respectivo Plano de Carreira, Cargos e Salários ao Poder Legislativo e; iii) garantir o cofinanciamento para a implementação da gestão do trabalho para o SUAS, especialmente para a implementação de PCCS.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social implantou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para todos os trabalhadores do SUAS.

Não (*pule para a questão 65*)

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não implantou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários para todos os trabalhadores do SUAS.

63. Qual o ano da última atualização deste PCCS?

Indique o ano da última revisão do PCCS que culminou em alteração na legislação referente ao Plano.

|_|_|_|_| (aaaa).

Atenção! Para responder as questões 65 a 67 considere as instruções abaixo:

As Secretarias Estaduais que são responsáveis pela gestão de outras políticas públicas, além da Política de Assistência Social, devem computar da seguinte maneira a quantidade de trabalhadores:

- trabalhadores que exercem exclusivamente funções/atividades ligadas à Assistência Social, mais;
- trabalhadores cujas funções/atividades estão ligadas tanto à assistência social e como a outras políticas geridas pela Secretaria (Por exemplo: trabalhadores de áreas administrativas, financeiras ou contábeis que dão apoio ao conjunto de atividades das diversas políticas geridas pela Secretaria).

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem funções/atividades ligadas exclusivamente a outras políticas públicas geridas pela Secretaria

NÃO DEVEM SER COMPUTADOS os trabalhadores que exercem suas atividades em instituições de internação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio fechado.

64. Considerando apenas os trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual da Assistência Social (e nas administrações regionais, caso existam), indique o quantitativo de trabalhadores de acordo com o vínculo e escolaridade (NÃO considerar os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais):

Indique a quantidade de profissionais, funcionários e servidores que trabalham na Secretaria Estadual da Assistência Social, considerando os setores administrativos, área de gestão, desconsiderando aqueles lotados nas unidades públicas que prestam serviços socioassistenciais.

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive trabalhadores de férias ou licença.

ATENÇÃO! Caso a Secretaria de Assistência Social do Estado atue em conjunto com outro setor governamental, deve-se contar os trabalhadores que atuam EXCLUSIVAMENTE na assistência social e aqueles que atuam em áreas COMUNS aos dois setores (Ex. Setor de Pessoal, Setor Financeiro, Setor Contábil, etc.). Os trabalhadores que atuam exclusivamente para o outro setor NÃO devem ser contados.

| Tipo de Vínculo por Escolaridade | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Superior | Total |
|----------------------------------|--------------------|--------------|-----------------|-----------|
| Estatutários | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Celetistas | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Somente Comissionados | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Outros Vínculos | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Total | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |

• **Escolaridade**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Estadual de Assistência Social informados nas linhas e nas colunas anteriores. Assim, informe conforme a escolaridade (linha), ou seja, quantos possuem ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e o vínculo (coluna), quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado 36 de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

| Tipo de Vínculo por formação | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Superior | Total |
|------------------------------|--------------------|--------------|-----------------|--------------|
| Estatutários | _ _ _ _0_ 4_ | _ _ _ _0_ 7_ | _ _ _ _1_ 0_ | _ _ _ _2_ 1_ |
| Celetistas | _ _ _ _0_ 3_ | _ _ _ _0_ 6_ | _ _ _ _0_ 9_ | _ _ _ _1_ 8_ |
| Somente Comissionados | _ _ _ _0_ 1_ | _ _ _ _0_ 5_ | _ _ _ _0_ 8_ | _ _ _ _1_ 4_ |
| Outros Vínculos | _ _ _ _0_ 1_ | _ _ _ _0_ 2_ | _ _ _ _0_ 2_ | _ _ _ _0_ 5_ |
| Total | _ _ _ _0_ 9_ | _ _ _ _2_ 0_ | _ _ _ _2_ 9_ | _ _ _ _5_ 8_ |

65. Especifique o TOTAL de trabalhadores da Secretaria Estadual de Assistência Social (Sede + Serviços) de acordo com o vínculo e escolaridade, considerando inclusive os trabalhadores que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais (Atenção! devem ser somados os trabalhadores lotados no órgão gestor e o que estão lotados nas unidades públicas que ofertam serviços socioassistenciais):

Indique a quantidade de profissionais, funcionários e servidores que trabalham na Secretaria Estadual da Assistência Social, considerando os setores administrativos e área de gestão e considerando aqueles lotados nas unidades públicas que prestam serviços socioassistenciais.

Especifique o tipo de vínculo trabalhista, escolaridade e quantidade de trabalhadores do quadro de funcionários do órgão gestor da assistência social, inclusive trabalhadores de férias ou licença.

| Tipo de Vínculo por Escolaridade | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Superior | Total |
|----------------------------------|--------------------|--------------|-----------------|-----------|
| Estatutários | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Celetistas | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Somente Comissionados | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Outros Vínculos | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |
| Total | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ | _ _ _ _ _ |

• **Escolaridade**

Ensino Fundamental

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais, que completaram o ensino fundamental, ou seja, concluíram a 8ª série, e não ingressaram ou completaram o ensino médio.

Ensino Médio

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino médio e não ingressaram ou completaram o ensino superior.

Ensino Superior

Informar o número de funcionários, servidores, profissionais que completaram o ensino superior, tendo concluído curso de graduação.

Total

Informar a soma de todos os funcionários, servidores, profissionais da Secretaria Estadual de Assistência Social informados nas linhas e nas colunas anteriores. Assim, informe conforme a escolaridade (linha), ou seja, quantos possuem ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e o vínculo (coluna), quantos estatutários, celetistas, somente comissionados e outros vínculos o órgão gestor possui.

Exemplo:

Se a Secretaria é composta por quatro (04) estatutários de nível fundamental, sete (07) estatutários de nível médio, dez (10) estatutários de nível superior; três (03) celetistas de fundamental, seis (06) celetistas de nível médio, nove (09) celetistas de nível superior; um (01) somente comissionado de nível fundamental, cinco (05) somente comissionado de nível médio, (08) somente comissionado de nível superior; um (01) com outros vínculos de nível fundamental, dois (02) com outros vínculos de nível médio, dois (02) com outros vínculos de nível superior, o quadro ficaria da seguinte forma:

| Tipo de Vínculo por formação | Ensino Fundamental | Ensino Médio | Ensino Superior | Total |
|------------------------------|--------------------|--------------|-----------------|-------------|
| Estatutários | _ _ _ _0_4_ | _ _ _ _0_7_ | _ _ _ _1_0_ | _ _ _ _2_1_ |
| Celetistas | _ _ _ _0_3_ | _ _ _ _0_6_ | _ _ _ _0_9_ | _ _ _ _1_8_ |

| | | | | |
|--------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Somente Comissionados | _ _ _ _0_ _1_ | _ _ _ _0_ _5_ | _ _ _ _0_ _8_ | _ _ _ _1_ _4_ |
| Outros Vínculos | _ _ _ _0_ _1_ | _ _ _ _0_ _2_ | _ _ _ _0_ _2_ | _ _ _ _0_ _5_ |
| Total | _ _ _ _0_ _9_ | _ _ _ _2_ _0_ | _ _ _ _2_ _9_ | _ _ _ _5_ _8_ |

66. Dos trabalhadores de nível superior da Assistência Social, indique a quantidade de profissionais segundo às áreas de formação abaixo listadas:

Informe a quantidade de profissionais de nível superior da Secretaria Estadual de Assistência Social, de acordo com cada área de formação listada abaixo. **Caso não possua trabalhadores de uma determinada formação, insira "0" (zero).**

ATENÇÃO: Somente devem ser contados os trabalhadores que concluíram o ensino superior. A soma de trabalhadores de Ensino Superior na questão 66 deve ser igual ou superior à soma de trabalhadores em todas as categorias de formação.

Exemplo: na coluna "ensino superior" do exemplo da questão 66, utilizado acima, a soma totaliza 20 trabalhadores de ensino superior na secretaria. Assim, nesta questão 67 devem ser apontados dentre os 20 trabalhadores de ensino superior quantos são das formações listadas.

Atenção! Se dentre os trabalhadores existirem algum (uns) cujas formações não estejam listadas abaixo, não informa-los nesta questão 67.

- | | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|
| 56a) _ _ _ _ Assistente Social | 56f) _ _ _ _ Antropólogo (a) | 56j) _ _ _ _ Administrador (a) |
| 56b) _ _ _ _ Psicólogo (a) | 56g) _ _ _ _ Sociólogo (a) | 56k) _ _ _ _ Economista |
| 56c) _ _ _ _ Pedagogo (a) | 56h) _ _ _ _ Terapeuta Ocupacional | 56l) _ _ _ _ Economista Doméstico |
| 56d) _ _ _ _ Advogado (a) | 56i) _ _ _ _ Contador (a) | 56m) _ _ _ _ Estatístico |
| 56e) _ _ _ _ Musicoterapeuta | | |

67. No ano de 2012, o município realizou concurso público para contratação de trabalhadores (nível superior ou médio) para a Secretaria Municipal de Assistência Social?

Informar se no ano de 2012 houve concurso público no estado para contratação de trabalhadores para o órgão gestor da assistência social, para cada um dos níveis de escolaridade, médio e superior.

Indique também a quantidade de vagas previstas no concurso, a data de homologação, e a quantidade de trabalhadores que tomaram posse no concurso. Considere apenas os concursos com resultados homologados no período indicado.

| Nível de Escolaridade | Realizou Concurso? | | Quantidade de Vagas | Data da Homologação do Concurso | Quantidade de trabalhadores que tomaram posse |
|-----------------------|--------------------|-----|---------------------|---------------------------------|---|
| | Sim | Não | | | |
| Nível Superior | _ | _ | _ _ _ | _ _ / _ _ /2012 | _ _ _ |
| Nível Médio | _ | _ | _ _ _ | _ _ / _ _ /2012 | _ _ _ |

*Se marcar a opção "não", não responder as demais colunas.

Não, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível superior para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2012. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Superior.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2012 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para o cargo de nível superior. Ao preencher esta opção, responda as seguintes:

Quantidade de Vagas. |_|_|_|_|

Data de Homologação do Concurso |_|_|/|_|_|/2012.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |_|_|_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

Não, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso não tenha sido realizado concurso público para preenchimento de cargos de nível médio para o órgão gestor da Assistência Social no ano de 2012. Neste caso não responda as demais questões que constam nesta linha.

Sim, para trabalhadores de Nível Médio.

Indicar esta opção caso o(s) concurso(s) realizados no ano de 2012 tenha(m) previsto o preenchimento de vagas para cargo de nível médio. Ao preencher esta opção, responda as seguintes:

Quantidade de Vagas. |_|_|_|

Data de Homologação do Concurso |_|_|/|_|_|/2012.

Indicar a data do instrumento legal, seja Lei, Decreto ou Portaria, que homologou o concurso, no formato dd/mm.

Quantidade de Trabalhadores que tomaram posse |_|_|_|.

Responder numericamente a quantidade no limite até 999.

68. A Secretaria Estadual de Assistência Social tem Plano Estadual de Capacitação?

Plano Estadual contendo a previsão das diversas modalidades de capacitação a serem realizadas num determinado período, formatos dos cursos de capacitação, temáticas e o público.

Capacitar é tornar a pessoa habilitada para realizar determinada função. São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do servidor público para torná-lo agente e facilitador na prestação de serviços à sociedade e no aprimoramento dos processos. Os eventos de capacitação podem ser realizados nas modalidades: curso, seminário, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, conferência, fórum e oficina³.

A capacitação poderá ocorrer de forma presencial, em um espaço físico, como uma sala de aula, auditório e também pode acontecer à distância, por meio de um programa de computador ligado a uma rede ou internet, em que os alunos interagem com o professor, utilizando recursos oferecidos pelo programa, que podem ser email, fórum, bate-papo, imagem, voz e som.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social possui Plano Estadual de Capacitação

Não (pule para a questão 71).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não possui Plano Estadual de Capacitação.

69. Qual a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação:

Informe a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação.

|_|_|/|_|_|/|_|_|_|_|.

70. A Secretaria Estadual de Assistência Social tem parceria com Universidades e/ou núcleos de estudos e pesquisas para a realização de capacitações no âmbito do estado?

³ Disponível em:

http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=125&Itemid=192#o%20que%20%C3%A9. Acesso em: Dez/2011

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social estabeleceu parcerias com Universidades e/ou núcleos de estudos e pesquisas para realizar capacitações no Estado (para trabalhadores da Secretaria Estadual e das Secretarias Municipais).

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não estabeleceu parcerias com Universidades e/ou núcleos de estudos e pesquisas para realizar capacitações no Estado (para trabalhadores da Secretaria Estadual e das Secretarias Municipais).

71. No ano de 2012 os trabalhadores da Assistência Social do estado ou dos municípios tiveram acesso a cursos de capacitação?

Informar se os trabalhadores da Assistência Social do estado ou dos municípios participaram de curso(s) de capacitação presencial ou à distância e o número de trabalhadores capacitados no ano de 2012, e indicar qual ente federados (Estadual ou Federal) promoveu o curso.

| Participação em Cursos de Capacitação pelos trabalhadores da assistência social | Sim | Não | Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados | Ente(s) federado(s) que promoveu os cursos | |
|---|--------------------------|--------------------------|---|--|--------------------------|
| | | | | Gestor Estadual | Gestor Federal |
| Capacitação <u>presencial</u> para os <u>trabalhadores estaduais</u> da assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Capacitação <u>à distância</u> para os <u>trabalhadores estaduais</u> da assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Capacitação <u>presencial</u> para os <u>trabalhadores municipais</u> da assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Capacitação <u>à distância</u> para os <u>trabalhadores municipais</u> da assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="text"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

BLOCO 9 – APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

72. O estado realiza algum cofinanciamento aos municípios? (Resposta Única).

Existem duas modalidades de transferência de recursos públicos entre os entes federados: a “convênial” (transferências voluntárias) e a “fundo a fundo” (transferências legais, regular e automática).

Indique se o Estado cofinancia os Municípios e a modalidade em que esta transferência se dá.

Sim, fundo-a-fundo.

Sim, por convênio. **(pule para a questão 75)**

Sim, ambos

Não **(pule para a questão 81).**

73. Existe decreto ou Lei estadual que regulamenta o repasse fundo-a-fundo?

Um fundo público para ser constituído necessariamente precisa de uma autorização legal, decreto ou lei estadual, conforme estabelece o inciso IX, do Art. 167 da Constituição Federal. A pergunta quer identificar se existe alguma regulamentação legal, decreto ou lei estadual, orientadora do repasse de recursos para os fundos municipais, visando o financiamento das ações da assistência social.

Sim

Não

Todo fundo público deve ser instituído mediante autorização legislativa, conforme estabelece o Art. 167 da [Constituição Federal](#). Para se organizar um fundo e colocá-lo em funcionamento, é necessário observar alguns aspectos, como o marco legal (a lei de criação do fundo que pode ser abrangente ou sintética; neste segundo

caso, deve ser regulamentada por decreto); a inscrição no [Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica \(CNPJ\)](#), por se tratar de órgão constituído como unidade gestora de orçamento; o estabelecimento do ordenador de despesas; entre outros.

Outro aspecto de fundamental importância é a contabilidade do fundo, que deve ser feita por meio de contas específicas e com prestação de contas separada do órgão ao qual ele está vinculado (geralmente, as secretarias de assistência social). Instrumentos de gestão como programação financeira, fluxo de caixa e demonstrativos contábeis também devem ser instituídos, a fim de subsidiar a boa aplicação dos recursos e efetivar o controle da execução orçamentária e financeira.

Para o bom funcionamento do fundo, deve-se observar, ainda, instrumentos de planejamento como o [Plano Plurianual \(PPA\)](#), a [Lei de Diretrizes Orçamentárias \(LDO\)](#) e a [Lei Orçamentária Anual \(LOA\)](#). Os subsídios para a execução podem ser encontrados no [Manual Técnico de Orçamento \(MTO\)](#).

74. O cofinanciamento realizado é destinado a: (Admite múltiplas respostas)

Se a Secretaria de Estado da Assistência Social ou congênera realiza transferência de recursos a municípios, informe a que nível de proteção social se destina esta transferência, considerando o repasse tanto na forma “convenial” (transferências voluntárias), como na forma “fundo-a-fundo” (transferências legais, regular e automática).

Considere serviços socioassistenciais aqueles descritos na Resolução CNAS n.º 109/2009 - Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Disponível em: <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf>

Serviço de Proteção Social Básica

Conforme a LOAS, em seu artigo 6ºA, Inciso I, alterado pela Lei 12.435/2011, a Proteção Social Básica é o *“conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”*.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a **Proteção Social Básica** é composta pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e pelo Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Básica.

Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Conforme a LOAS, em seu artigo 6ºA, Inciso II, alterado pela Lei 12.435/2011, a Proteção Social Especial é o *“conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos”*. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a **Proteção Social Especial de Média Complexidade** é composta pelos seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade

Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS n.º 109/2009), a **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** é composta pelos seguintes serviços:

- Serviço de Acolhimento Institucional;
- Serviço de Acolhimento em República;
- Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.
Marque essa opção se o Estado cofinancia serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Benefícios Eventuais

O Decreto n.º 6.307/2007 dispõe que “benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”. O referido Decreto está disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm

Incentivo financeiro para Gestão do SUAS

Marque essa opção caso o Estado realize transferência de recursos a municípios com o objetivo de aprimorar a Gestão do SUAS

75. No ano de 2012 o estado construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da Assistência Social (CRAS/CREAS/etc.)?

Indique se o estado construiu ou reformou unidades municipais da assistência social, CRAS e/ou CREAS, licitando ou contratando diretamente a compra de materiais, a construção ou se foi repassado aos municípios recursos para esta finalidade.

Sim, houve construção e/ou reforma direta pelo estado de unidades da assistência social nos municípios.

Marque esta opção caso o estado tenha investido diretamente na construção e/ou reforma de unidades municipais da assistência social, licitando ou contratando a compra de materiais para reforma e empresas para a construção.

Sim, houve repasse de recursos aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social.

Marque essa opção se o estado repassou recursos próprios aos municípios, via convênio ou fundo-a-fundo, para o financiamento de construção e/ou reforma de unidades públicas da assistência social.

Não.

Marque esta opção caso o estado não tenha construído e/ou reformado diretamente unidades públicas de assistência social dos municípios, ou não tenha destinado recursos aos municípios para o financiamento de construção e/ou reforma de unidades locais de assistência social.

76. Especifique as características do cofinanciamento destinado aos Serviços Socioassistenciais:

Considerando as definições descritas no item 75 aponte o quantitativo, por modalidade de repasse, de municípios cofinanciados pela Secretaria de Estado da Assistência Social.

Atenção! As quantidades totais não precisam ser necessariamente a soma do “quantitativo de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo” e “Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual por meio de convênio”. Isto porque 1 (um) município pode receber recursos nas duas modalidades, ou seja simultaneamente. Assim ele entrará como informação de municípios cofinanciados na modalidade fundo-a-fundo e na modalidade “convênial”. Porém na quantidade total este município será contado UMA ÚNICA VEZ.

A mesma explicação vale para os níveis de proteção: “Cofinanciamento para Proteção Social Básica”; “Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade”; e/ou “Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade”.

| Benefícios Eventuais | Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (fundo-a-fundo e/ou convênio). <i>(crítica*)</i> | Quantidade de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo | Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio |
|--|--|---|--|
| Total de Municípios cofinanciados | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ |
| Auxílio Funeral | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ |
| Auxílio Natalidade | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ |
| Outros | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ | _ _ _ 1 _ |

**O total não pode ser maior que o número de municípios do Estado.*

80. As atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios possuem planejamento anual?

Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes⁴.

Neste manual, entende-se por **apoio técnico** atividades de assessoria e apoio, envolvendo a produção e distribuição de material técnico; capacitações presenciais, capacitações à distância; assessoramento técnico de forma presencial no município; assessoramento técnico à distância, entre outros, que tenham por objetivo o aprimoramento da gestão e a melhoria da qualidade dos serviços ofertados à população.

Indique se as atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios constam em planos ou documentos que sistematizam as ações governamentais a serem adotadas para a assessoria e apoio aos municípios, constando o planejamento para o período anual.

Sim Não

81. Com que frequência os itens abaixo são objeto do apoio técnico realizado pelo Estado aos municípios? *(Resposta única por linha):*

Considerando a definição de apoio técnico na questão 81, indique se o estado presta apoio aos municípios e com que frequência, para os temas mencionados abaixo:

Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.): o estado contribuiu para a organização estrutural da Secretaria, elaboração de regimento interno, organograma, formalização de áreas de gestão, etc. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à readequação da estrutura organizacional da assistência social no município, de maneira a contemplar as funções essenciais da Política Nacional de Assistência Social. Tais funções seriam alcançadas primordialmente através da i) estruturação de Secretaria exclusiva para gestão da política e ii) garantia de infraestrutura e recursos humanos adequados (em quantidade e qualidade).

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social: o estado apoiou a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social; Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um plano de assistência social que estabeleça as ações pertinentes àquele território no que tange a oferta e gestão de serviços e benefícios socioassistenciais.

Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, fazendo com que a proposta esteja em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social.

Elaboração de Relatório de Gestão: o estado apoiou ou prestou assessoria para a elaboração de relatórios de gestão municipal; A partir da publicação da Lei 12.435, de 2011, a Lei Orgânica de Assistência de Social exige em seu Art. 30-C que:

⁴ Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-planejamento/39381/>. Acessado em: Dez/2011.

a forma de utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento. (Lei 12.435, de 2011)

Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios quanto à elaboração do Relatório de Gestão previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei 12.435, de 2011.

Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social: o estado apoiou a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, com informações, orientações, ou outras formas de assessoria e apoio técnico;

Conforme o Art. 30 da Lei Orgânica da Assistência Social, uma das condições para o repasse de recursos federais para Estados, municípios e DF é a formação de um fundo de assistência social com orientação e controle dos respectivos conselhos de assistência social. O repasse de recursos se dá entre os entes federados através dos fundos de assistência.

O Fundo Municipal é destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para a consecução da política de assistência social. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.

Fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social:

o estado prestou apoio ou assessoria aos municípios para a articulação da assistência social com outros setores e políticas públicas para garantir a intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas do SUAS;

Fortalecimento do Conselho Municipal: o estado prestou apoio ou assessoria para o fortalecimento do conselho municipal de assistência social;

Indique esta opção se a Secretaria orientou os Conselheiros ou Secretaria Executiva no que diz respeito à disseminação de informações sobre a Política da Assistência Social, orientações técnicas sobre os padrões normativos para oferta e financiamento dos serviços socioassistenciais, bem como, no que tange às orientações sobre o papel do Conselho e, ainda, sobre a normativa que regula a dinâmica de funcionamento do Conselho ou qualquer outra ação de mobilização da instância de controle social municipal.

Integração dos Serviços e Benefícios: o estado prestou assessoria aos municípios para o apoio à gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda; Segundo Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda, a gestão integrada de serviços e benefícios consiste na articulação entre serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS e tem como diretrizes:

I - a co-responsabilidade entre os entes federados;

II - as seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social;

III - a centralidade da família no atendimento socioassistencial de forma integral, visando a interrupção de ciclos intergeracionais de pobreza e de violação de direitos.

Em síntese, a integração de serviços e benefícios consiste na criação de estratégias que visem garantir que além da transferência de renda, a população em situação de vulnerabilidade ou risco social também possa acessar outros serviços socioassistenciais (PAIF, PAEFI, etc.), ampliando o alcance das ações do SUAS. Indique esta opção se a Secretaria orientou os municípios do Estado quanto à integração dos serviços e benefícios socioassistenciais.

Implantação dos serviços socioassistenciais: o estado contribuiu para a adequação da implantação de serviços socioassistenciais nos municípios, com assessoria e apoio técnico;

Indique esta opção se a Secretaria orientou a gestão municipal de Assistência Social no que diz respeito à adequação dos serviços sociais que estão sendo ofertados ou em fase de implantação no município às normativas previstas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e na Norma Operacional Básica do SUAS e Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) ou da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).

Gestão dos serviços socioassistenciais: o estado prestou apoio técnico ou assessoria aos municípios para a gestão dos serviços socioassistenciais;

Indique esta opção se a Secretaria orientou a gestão municipal quanto a gestão dos serviços socioassistenciais no município (planejamento das atividades/ações do serviço; diagnóstico socioterritorial, ações de articulação com a rede da assistência social e com outras políticas setoriais, etc.)

Metodologias de trabalho social com famílias: o estado prestou apoio técnico ou assessoria para a construção e esclarecimentos sobre metodologias de trabalho social com famílias;

Regulamentação dos benefícios eventuais: o estado contribuiu com a regulamentação dos benefícios eventuais nos municípios;

Gestão de benefícios eventuais: o estado contribuiu com a gestão de benefícios eventuais nos municípios;

Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC): o estado prestou apoio ou assessoria aos municípios para a implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada;

Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico: o estado prestou apoio aos municípios para a gestão do Cadastro Único de Programas Sociais;

Gestão do Programa Bolsa Família: o estado prestou apoio técnico para a gestão do programa Bolsa Família nos municípios,

Gestão do trabalho: o estado prestou apoio ou assessoria para a gestão do trabalho no município;

Metodologias de monitoramento e avaliação: o estado contribuiu para a construção ou esclarecimentos sobre metodologias de monitoramento e avaliação junto com os municípios; Indique esta opção se a Secretaria orientou a gestão municipal quanto à construção de metodologias de monitoramento e avaliação da política de assistência social no município, tais como construção de indicadores, índices e realização de levantamento de dados, estudos e pesquisas, entre outras ações.

Implantação da Vigilância Socioassistencial: o estado prestou apoio ou assessoria para a implantação da Vigilância Social; Indique esta opção se as visitas técnicas da Secretaria de Estado visaram discutir e orientar quanto à implantação de atividades e equipes próprias da vigilância social.

Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências: o estado apoiou ou prestou assessoria aos municípios para a construção do Plano de Providências; A Resolução n.º8/2010 define as responsabilidades dos entes federativos, dos Conselhos e das instâncias de pactuação, no processo de acompanhamento da gestão e dos serviços. Em seu Art. 5º a referida Resolução estabelece que:

As ações para a superação de dificuldades dos Estados, Municípios ou Distrito Federal na execução do previsto nas normativas do SUAS e/ou no alcance de metas de pactuações nacionais e indicadores de gestão, objetivam solucionar as falhas identificadas e completar o ciclo das ações de acompanhamento.

§1º Os procedimentos adotados no acompanhamento para superação de falhas identificadas dos entes federados desencadeará fluxo de ações que terão como instrumentos de apoio o plano de providências e em decorrência deste o plano de apoio.

§2º As ações para a superação de dificuldades dos entes federados consiste no planejamento que envolva o gestor local, o Estado e a União na resolução definitiva dos problemas.

E em seu Art. 6º define que:

O Plano de Providências é o instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços socioassistenciais a ser elaborado pelos Estados, Municípios e Distrito Federal com atribuição, dentre outras, de:

I - identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de auditorias, denúncias, no Censo SUAS, entre outros;

II - definir ações para superação das dificuldades encontradas;

III - indicar os responsáveis por cada ação e estabelecer prazos para seu cumprimento.

Implantação do Prontuário SUAS: o estado prestou assessoria ou apoio aos municípios na implantação do prontuário SUAS, conforme modelo disponibilizado pelo MDS. O Prontuário SUAS tem como objetivo oferecer aos profissionais dos CRAS e dos CREAS um instrumento que auxilie e oriente a organização das informações relativas ao processo de acompanhamento das famílias e indivíduos. Espera-se que seja capaz de induzir o aprimoramento do processo de trabalho, dando visibilidade às múltiplas dimensões que devem ser consideradas no processo de acompanhamento familiar⁵.

Indique esta opção se o órgão gestor estadual orientou e/ou prestou assessoria aos municípios quanto à implantação do Prontuário SUAS.

⁵ O Prontuário SUAS está disponível para download no sítio do MDS nos seguintes endereços: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/doc/CAPAPRONTUARIOSUASMDS.pdf> e <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/doc/PRONTUARIOSUASMDS.pdf>

Outros: o estado prestou assessoria ou apoio aos municípios em outros assuntos que não estão relacionados nesta lista.

| Itens | Frequência | | | |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | Nunca | Raramente | Frequentemente | Muito Frequentemente |
| Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.) | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Elaboração de Relatório de Gestão | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Fortalecimento do Conselho Municipal | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Integração dos Serviços e Benefícios | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Implantação dos serviços socioassistenciais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gestão dos serviços socioassistenciais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Metodologias de trabalho social com famílias | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Regulamentação dos benefícios eventuais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gestão de benefícios eventuais | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gestão do Programa Bolsa Família | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Gestão do trabalho | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Metodologias de monitoramento e avaliação | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Implantação da Vigilância Socioassistencial | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Implantação do Prontuário SUAS | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Outros | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

82. O apoio técnico do Estado aos municípios inclui: *(admite múltiplas respostas)*

Indicar a forma ou os meios utilizados para a realização do apoio técnico e/ou assessoria aos municípios:

Produção e distribuição de material técnico;

Indica que o estado elaborou ou produziu material próprio, que pode ser na modalidade de livros, cadernos, livretos, artigos, áudios, vídeos, entre outros, e distribuiu para os municípios como forma de orientação, apoio, assessoria;

Elaboração de normativas e instruções operacionais;

Indica que o estado elaborou normativas e/ou instruções operacionais (normas básicas, orientações técnicas, entre outros) para orientar o trabalho nos municípios.

Capacitações presenciais;

Modalidade de capacitação que reúne presencialmente os participantes em um mesmo local.

Capacitar é tornar a pessoa habilitada para realizar determinada função. São consideradas ações de capacitação, aquelas que contemplam tanto a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, quanto o desenvolvimento de características comportamentais que contribuam na preparação do servidor público para torná-lo agente e facilitador na prestação de serviços à sociedade e no aprimoramento dos processos. Os eventos de capacitação podem ser realizados nas modalidades: curso, seminário, jornada, simpósio, workshop, congresso, encontro, painel, conferência, fórum e oficina⁶.

⁶ Disponível em:

http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=125&Itemid=192#o%20que%20%C3%A9.

Acesso em: Dez/2011.

A capacitação poderá ocorrer de forma presencial, em um espaço físico, como uma sala de aula, auditório e também pode acontecer à distância.

Capacitações à distância;

Modalidade de capacitação que permite que os participantes não estejam fisicamente presentes em um ambiente formal de ensino-aprendizagem e possibilita horários de estudo flexíveis. Diz respeito à separação cronológica ou espacial entre professor e aprendiz. A capacitação à distância pode ocorrer por meio de um programa de computador ligado a uma rede ou internet, em que os alunos interagem com o professor, utilizando recursos oferecidos pelo programa, que podem ser email, fórum, bate-papo, imagem, voz e som.

Assessoramento técnico de forma presencial no município;

Diz respeito à assessoria feita com a ida de um ou mais técnicos do estado ao município com objetivo estabelecido.

Assessoramento técnico à distância;

Diz respeito à assessoria feita por meio de telefone, e-mail, correspondências, e outras formas de contato não presencial.

Outras formas. Especifique:_____.

Indique outras formas de apoio que foram prestados aos municípios que não estão relacionados nesta lista.

83. Atualmente quantos municípios no estado possuem Plano de Providência para adequação de aspectos relacionados à gestão e serviços socioassistenciais?

Conforme Resolução CIT n.º 08/2010, art. 6º, “o Plano de Providências é o instrumento de planejamento das ações para a superação de dificuldades dos entes federados na gestão e execução dos serviços socioassistenciais a ser elaborado pelos Estados, Municípios e Distrito Federal com atribuição, dentre outras, de:

- I - identificar as dificuldades apontadas nos relatórios de auditorias, denúncias, no Censo SUAS, entre outros;
- II - definir ações para superação das dificuldades encontradas;
- III - indicar os responsáveis por cada ação e estabelecer prazos para seu cumprimento”.

O plano de providências dos municípios deve ser acompanhado pelo Estado. Informar abaixo a quantidade de municípios do Estado que possuem Plano de Providências.

. **Se o valor for “0” (zero), pular para a questão 86**

84. O Estado possui plano de apoio pactuado na CIB para estes municípios?

Sim

Marque essa opção caso o Estado possua um plano de apoio que tenha sido pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para os municípios que elaboraram Plano de Providências.

Não

Marque essa opção caso não haja plano de apoio pactuado na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para os municípios que elaboraram Plano de Providências.

85. Quantos municípios do estado receberam visitas técnicas da Secretaria Estadual de Assistência Social no ano de 2012?

Conforme Resolução CIT n.º 08/2010, art 10 que estabelece as responsabilidades dos entes, cabe aos estados realizar visitas de acompanhamento e apoio técnico em todos os municípios que não cumpriram as metas para o período anual encerrado, para aqueles que forem sorteados e sempre que necessário.

Indicar abaixo o número de municípios que receberem visitas técnicas do órgão gestor da assistência social do estado, no ano de 2012.

86. A Secretaria desenvolve regularmente atividades de Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Socioassistencial? (admite múltiplas respostas).

O **monitoramento** consiste no acompanhamento contínuo, cotidiano, por parte de gestores e gerentes, do desenvolvimento dos serviços, programas e benefícios em relação ao cumprimento de seus objetivos e metas. É uma função inerente à gestão e ao controle social, devendo ser capaz de prover informações que permitam a adoção de medidas corretivas para melhorar a qualidade, eficiência e eficácia dos serviços, programas e benefícios. É realizado por meio da captura de informações e produção regular de indicadores. Pode estar baseado na captura de informações in loco, em dados coletados por sistema de informações gerenciais, ou ainda em sistemas que coletam informações específicas para os objetivos do monitoramento.

Avaliação é um procedimento de gestão realizado através de estudos específicos que analisam aspectos como relevância, eficiência, efetividade, resultados, impactos ou a sustentabilidade de ações e programas. Estudos de avaliação são sempre pesquisas aplicadas, cujos resultados auxiliam gestores e formuladores das políticas sociais a planejar e tomar decisões para o aprimoramento dos programas.

Vigilância Socioassistencial é uma área vinculada à Gestão do SUAS que tem como responsabilidade precípua a produção, sistematização e análise de informações territorializadas sobre as situações de risco e vulnerabilidade que incidem sobre famílias e indivíduos, assim como de informações relativas ao tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Constitui-se, portanto, como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, mas fortemente comprometida com o efetivo apoio às atividades de planejamento, gestão, supervisão e execução dos serviços e benefícios socioassistenciais. Deve produzir e disseminar informações e conhecimentos que contribuam para efetivação do caráter preventivo e proativo da política de assistência social, assim como para a redução dos agravos.

A área de Vigilância Socioassistencial deve, preferencialmente, se constituir por meio de equipe multiprofissional e é desejável que, sempre que possível, aglutine as equipes envolvidas nas atividades de monitoramento, avaliação, desenvolvimento e gestão de sistemas de informação e gestão de cadastros. Tal recomendação visa maximizar o aproveitamento dos recursos humanos e tecnológicos envolvidos nas atividades relacionadas à gestão da informação nas Secretarias.

A Vigilância Socioassistencial deve analisar, de um lado, as informações relativas às demandas, às incidências de violações e às necessidades de proteção da população, no que concerne à assistência social, e, de outro lado, as características e distribuição da rede socioassistencial instalada para a oferta de serviços. A análise da adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços, vistos na perspectiva do território, constitui objeto central e de permanente reflexão da área de Vigilância Socioassistencial. Esta visão de totalidade, integrando necessidades e ofertas, permite traçar melhores ações e estratégias para prevenção e para redução de agravos, contribuindo para o planejamento, gestão e execução da política e dos serviços, objetivando sempre o fortalecimento da função de proteção social do SUAS. Com base nas referências da PNAS e da NOB SUAS 2005, depreende-se que, para alcançar seus objetivos, a Vigilância socioassistencial deve se organizar a partir de dois eixos: a Vigilância de Riscos e Vulnerabilidades; a Vigilância sobre os Padrões dos Serviços.

Realiza atividades de Monitoramento

Realiza atividades de Avaliação

Realiza atividades de Vigilância Socioassistencial

Não realiza nenhuma atividade de Monitoramento, Avaliação ou Vigilância socioassistencial **(Pule para a questão 98).**

87. Indique as atividades realizadas pela Secretaria no âmbito do Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Social: (admite múltiplas respostas).

Informar quais atividades de monitoramento, avaliação e vigilância social são realizadas pela Secretaria Estadual de Assistência Social.

- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da oferta de serviços socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da demanda por serviços socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à cobertura dos serviços socioassistenciais
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à qualidade da oferta de serviços socioassistenciais
- Produção de análises qualitativas sobre a qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à incidência de situações de risco e violação de direitos
- Produção de análises qualitativas sobre a incidência de situações de risco e violação de direitos
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de dados do CADÚnico
- Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de outras fontes (IBGE, etc.)
- Realização de avaliações de projetos, programas e serviços socioassistenciais
- Realização de análise dos dados do Censo SUAS.
- Realização de análise das informações inseridas pelos municípios no SISJOVEM
- Realização de análise das informações inseridas pelos municípios no SISPETI
- Concepção de sistemas de informação
- Desenvolvimento de sistemas de informação
- Identificação de problemas com base em análise de dados
- Identificação de prioridades com base em análise de dados
- Levantamento de informações municipais sobre a gestão e oferta dos serviços socioassistenciais
- Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos municípios
- Apoio aos municípios para preenchimento do CENSO SUAS.
- Apoio aos municípios para implantação de ações de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial no nível municipal
- Outros. Especifique: _____

88. A Secretaria realiza parcerias com instituições de ensino e pesquisa, ou contratações de empresas e consultores para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Monitoramento, Avaliação ou Vigilância Socioassistencial? (admite múltiplas respostas).

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social tem parcerias com instituições de ensino e pesquisa, ou contratou empresas e consultores para o desenvolvimento das atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

Não (pule para a questão 91).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não tem parcerias com instituições de ensino e pesquisa, ou não contratou empresas e consultores para o desenvolvimento das atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

89. Indique os tipos de parceria ou contratação: (admite múltiplas respostas).

Instituições de Ensino e Pesquisa

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social tem parceria ou contratou alguma (s) Instituição(s) de Ensino e Pesquisa para o desenvolvimento de atividades de monitoramento, avaliação ou vigilância socioassistencial.

Consultores (Pessoa Física)

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social contratou consultores para o desenvolvimento de atividades de monitoramento, avaliação ou vigilância socioassistencial.

Empresas privadas de pesquisa

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social contratou empresa (s) privada de pesquisa para o desenvolvimento de atividades de monitoramento, avaliação ou vigilância socioassistencial.

Outros. Especifique: _____

Indicar quais outros tipos de parceria ou contratação a Secretaria Estadual de Assistência Social estabeleceu para o desenvolvimento de atividades de monitoramento, avaliação ou vigilância socioassistencial.

Atenção! Para responder as questões 91 a 92 considere as instruções abaixo:

Segundo a NOB/SUAS 2012, as atividades de monitoramento e avaliação integram o escopo de atividades da Vigilância Socioassistencial, portanto, os profissionais que atuam nestas atividades devem computados como profissionais envolvidos nas atividades de Vigilância Socioassistencial

90. A Secretaria possui técnicos dedicados exclusivamente às atividades de Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socioassistencial?

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social dispõe de técnicos dedicados exclusivamente às atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

Não (pule para questão 94).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não dispõe de técnicos dedicados exclusivamente às atividades de monitoramento, avaliação e vigilância socioassistencial.

91. Caso sim, informe a quantidade de profissionais exclusivo(s) da área de Vigilância Socioassistencial:

Informe a quantidade de profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial, detalhando o número de profissionais de nível superior e médio, e a quantidade total (soma do número de profissionais de nível superior e de nível médio)

profissionais de nível superior

profissionais de nível médio

quantidade total (*nível superior mais nível médio*)

92. Quanto à disseminação das informações produzidas pelas áreas de monitoramento, avaliação ou vigilância socioassistencial, indique os órgãos e unidades para os quais os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados: (admite múltiplas respostas).

Para outros setores da Secretaria

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para outros setores da Secretaria.

Para outros setores do Governo Estadual

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para outros setores do governo estadual.

Para os técnicos/gestores municipais

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para os técnicos/gestores municipais.

Para a rede socioassistencial

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para a rede socioassistencial

Para o Conselho Estadual

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para o conselho estadual de Assistência Social

Para os Conselhos Municipais

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para os conselhos municipais de Assistência Social

Para a Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social disponibiliza as informações produzidas pelas áreas de monitoramento e avaliação ou vigilância social para a Comissão Intergestores Bipartite.

93. A Secretaria possui planejamento anual das atividades de Monitoramento?

Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes⁷.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social realiza planejamento anual das atividades de monitoramento.

Não

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não realiza planejamento anual das atividades de monitoramento.

94. Em que proporção as ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)?

Indique com que frequência as ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão de Gestores Tripartite (CIT).

Muito Frequentemente

Frequentemente

Raramente

Nunca

95. A Secretaria utiliza sistemas de informação informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado?

ATENÇÃO! Apenas devem ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelo estado como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais.

Sim

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado

Não (Pule para a questão 98).

Marque essa opção se a Secretaria Estadual de Assistência Social não utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado.

96. Os sistemas utilizados permitem: *(admite múltiplas respostas)*

Registrar situações de violação de direitos

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar a ocorrência de situações de violação de direitos.

Os casos de **Violação de Direitos** são aqueles que são objeto da proteção social especial e caracterizam-se pela ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Registrar repasses de recursos

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar o repasse de recursos.

⁷ Disponível em: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/o-que-e-planejamento/39381/>. Acesso em: dez/2011.

O estado possui sistema ou aplicativo informatizado, vinculado ao órgão de gestão orçamentária e financeira, com os registros periódicos dos repasses dos recursos para as entidades de assistência social do estado, datas de repasse, valores, conta(s), entre outros dados.

Registrar prestações de contas

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar prestações de contas.

O estado possui sistema ou aplicativo informatizado, vinculado ao órgão de gestão orçamentária e financeira, onde conste de forma periódica o registro da prestação de contas em relação aos recursos recebidos.

Registrar execução física/atendimentos

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar a execução física/atendimentos.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com registros sistemáticos e periódicos sobre a execução física/atendimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais prestados no estado.

Registrar unidades da rede socioassistencial pública

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar unidades da rede socioassistencial pública.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com o registro sistemático e permanente das unidades da rede socioassistencial pública presente no estado, com informações sobre os serviços que desenvolvem o volume de atendimento, a localização, coordenação, profissionais, infraestrutura disponível, entre outros dados.

Registrar unidades da rede socioassistencial privada

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem registrar unidades da rede socioassistencial privada.

Consiste em sistema ou aplicativo informatizado, com o registro sistemático e permanente das unidades da rede socioassistencial privada não-estatal, de entidades de assistência social presentes no estado, com informações sobre os serviços que desenvolvem, sobre o volume de atendimento, localização, coordenação, trabalhadores, infraestrutura disponível, entre outros dados.

Automatizar a transferência fundo-a-fundo

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem a operacionalização de transferência fundo-a-fundo.

Gerir o orçamento

Marque essa opção se os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social para gerenciar a política de Assistência Social no estado permitem alimentar informações para a gestão orçamentária.

Outros: _____.

Informar quais outras informações os sistemas informatizados utilizados pela Secretaria Estadual de Assistência Social permitem o registro.

BLOCO 11 – APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

97. O Estado possui Conselho Estadual de Assistência Social?

O Conselho Estadual de Assistência Social, de acordo com a LOAS, artigo 16, é uma instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução nº 237, de 14 de Dezembro de 2006, do CNAS, estabelece diretrizes para a estruturação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Resolução 237/2006 disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/2006>>

Sim

Marque esta opção para os casos em que o Estado instituiu em Lei o Conselho Estadual de Assistência Social e o mesmo esteja em funcionamento.

Não (Pule para a questão 106)

Marque esta opção para os casos em que o Conselho Estadual de Assistência Social não esteja instituído em Lei ou não esteja em funcionamento no âmbito Estadual.

98. O orçamento da assistência social no Estado prevê recursos específicos para o CEAS (ou CAS/DF)?

Conforme o art. 16 da LOAS, parágrafo único, “os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)”

Considere para esta questão que recursos específicos são os recursos orçamentários do órgão gestor da assistência social que são reservados e transferidos regularmente ao conselho para sua manutenção e funcionamento.

Sim

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor estadual da assistência transfere regularmente recursos para o funcionamento do conselho.

Não

Marque esta opção para os casos em que não há transferência de recursos do órgão gestor da assistência social para o Conselho, para sua manutenção.

99. A Secretaria disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do CEAS (ou CAS/DF)?

O órgão gestor da assistência social deve garantir a infraestrutura necessária ao funcionamento do conselho, para suas reuniões, guarda de arquivos, trabalhos das comissões, da secretaria executiva, etc.

Sim

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor estadual da assistência social disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do CEAS ou CAS-DF.

Não

Esta opção indica que o órgão gestor estadual da assistência social não disponibiliza e/ou mantém local específico para o funcionamento do CEAS ou CAS-DF.

100. A Secretaria fornece regularmente material de consumo para o CEAS (ou CAS/DF)?

Conforme o art. 16 da LOAS, parágrafo único, “os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, (...)”.

O conselho deve contar com materiais de consumo repostos periodicamente para a realização de suas atividades, reuniões, atribuições das comissões e grupos de trabalho.

Sim

Indica que o órgão gestor estadual fornece regularmente materiais de consumo para o CEAS ou CAS-DF.

Não

Indica que o órgão gestor estadual não fornece regularmente materiais de consumo para o CEAS ou CAS-DF.

101. A Secretaria disponibiliza trabalhadores para a Secretaria Executiva do CEAS (ou CAS/DF)?

A NOB SUAS 2012 dispõe que os Conselhos de Assistência Social devem contar com Secretaria Executiva, exercida por profissional de nível superior, e com apoio técnico-administrativo para exercer as funções pertinentes ao seu funcionamento.

Sim

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize trabalhadores para a Secretaria Executiva do CEAS ou CAS-DF.

Não (Pule para a questão 104)

Significa que o órgão gestor não disponibiliza trabalhadores para a secretaria executiva.

102. Caso sim, quantos?

Indicar quantos trabalhadores são disponibilizados pelo órgão gestor estadual da política de assistência social para composição da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Assistência Social.

|_|_|.

103. A Secretaria fornece ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros participarem das reuniões do CEAS (ou CAS/DF) e das Conferências Estaduais? (resposta única).

Conforme o art. 16 da LOAS, parágrafo único, “os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)”

 Sim, somente fornece ajuda de custo para participação nas reuniões do CEAS.

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo (passagens e diárias) apenas para a participação dos conselheiros nas reuniões do CEAS.

 Sim, somente fornece ajuda de custo para participação nas conferências estaduais.

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo apenas para a participação dos conselheiros nas conferências estaduais.

 Sim, para ambas.

Indique esta opção caso o órgão gestor disponibilize ajuda de custo tanto para a participação em reuniões do CEAS quanto para as Conferências estaduais.

 Não.

Indique esta opção caso o órgão gestor não disponibilize ajuda de custo para os conselheiros participarem das reuniões e conferências estaduais.

104. No ano de 2012 o estado realizou/promoveu cursos de capacitação para os conselheiros estaduais ou municipais da assistência social?

Informar se no ano de 2012 os conselheiros da Assistência Social do estado/DF ou dos municípios tiveram acesso a curso(s) de capacitação promovido(s) ou realizado(s) pelo Estado, indicar a modalidade do curso, se presencial ou a distância e o número de conselheiros capacitados. A pergunta admite mais de uma marcação, tendo em vista a possibilidade de realização de mais de um curso de capacitação nesse período.

Entende-se por capacitação as atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias de uma profissão ou grupo de profissões.

Exemplo: caso o estado tenha promovido ou realizado capacitações a distância para conselheiros estaduais e municipais e uma capacitação presencial para conselheiros estaduais o quadro ficará da seguinte forma:

| Realização de Cursos de Capacitação para Conselheiros | Sim | Não | Qual no número de conselheiros capacitados |
|--|------------|------------|---|
| Capacitação presencial para os conselheiros estaduais. | _X_ | _ | _ _ _ _1_ _6_ |
| Capacitação à distância para os conselheiros estaduais. | _X_ | _ | _ _ _ _1_ _6_ |
| Capacitação presencial para os conselheiros municipais. | _ | _X_ | _ _ _ _ _0_ |
| Capacitação à distância para os conselheiros municipais. | _X_ | _ | _ _ _2_ _4_ _0_ |

BLOCO 12 – COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)**105. A CIB possui regimento interno?**

A CIT, por meio da Resolução CIT n.º 08/2005, estabeleceu a Minuta Padrão de Regimento Interno da CIB. O Regimento Interno deve dispor sobre a Natureza e Finalidade da Comissão, Composição, Competências, Renovação das Habilitações, Organização e Funcionamento e Disposições Transitórias se houver.

Sim

Marque esta opção caso a CIB tenha elaborado e publicado seu regimento interno.

Não (pule para a questão 108).

Marque esta opção caso a CIB não tenha regimento interno.

106. Caso sim, qual o ano da sua última atualização? (caso não tenha realizado atualização, informar o ano da elaboração)

Indique o ano em formato “aaaa” em que o regimento interno da CIB foi atualizado ou elaborado, considerando a versão mais recente.

|_|_|_|_|

107. Indique qual a composição da CIB de acordo com a representação do porte dos municípios e representação estadual:

Conforme dispõe a NOB SUAS 2012, em seu art. 136, §1º, as CIBs devem contar com representação do estado e dos municípios em seu âmbito, levando em conta o porte dos municípios e sua distribuição regional.

Classificação dos Municípios segundo Porte:

Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes

Pequeno Porte II – entre 20.001 a 50.000 habitantes

Médio Porte – entre 50.001 a 100.000 habitantes

Grande Porte – entre 100.001 a 900.000 habitantes

Metrópoles – acima de 900.000 habitantes

Ainda de acordo com a NOB SUAS 2012, as CIBs deverão possuir a seguinte composição:

I - 06 (seis) representantes do Estado e seus respectivos suplentes, indicados pelo gestor estadual da política de assistência social;

II - 06 (seis) representantes dos Municípios e seus respectivos suplentes, indicados pelo COEGEMAS, observando a representação regional e o porte dos municípios, de acordo com o estabelecido na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, sendo:

a) 02 (dois) representantes de municípios de pequeno porte I;

b) 01 (um) representante de municípios de pequeno porte II;

c) 01 (um) representante de municípios de médio porte;

d) 01 (um) representante de municípios de grande porte; e

e) 01 (um) representante da capital do Estado.

Indique a composição da CIB, especificando a quantidade de titulares e suplentes conforme o porte do município.

| Representação Estadual e de acordo com o Porte dos Municípios | Representação | |
|---|-------------------------|-------------------------|
| | Quantidade de Titulares | Quantidade de Suplentes |
| Representantes da Gestão Estadual | _ _ _ | _ _ _ |
| Representantes de Municípios de Pequeno Porte I | _ _ _ | _ _ _ |
| Representantes de Municípios de Pequeno Porte II | _ _ _ | _ _ _ |
| Representantes de Municípios de Médio Porte | _ _ _ | _ _ _ |
| Representantes de Municípios de Grande Porte | _ _ _ | _ _ _ |
| Representantes de Metrôpoles/capitais | _ _ _ | _ _ _ |

108. Os gestores municipais foram indicados pelo COEGEMAS?

Informe se os membros da CIB que representam os municípios foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS.

Sim

Marque essa opção caso todos os gestores municipais, membros da CIB, foram indicados pelo COEGEMAS.

Não

Essa opção indica que nem todos ou nenhum dos gestores municipais que compõem a CIB foram indicados pelo COEGEMAS.

109. Com qual periodicidade a CIB se reuniu no ano de 2012?

Conforme a Resolução CIT n.º 08/2005, que estabelece a Minuta Padrão de Regimento Interno da CIB, a CIB deverá realizar reuniões ordinárias preferencialmente uma vez a cada mês ou, no máximo, de 2 em 2 meses, e extraordinariamente sempre que necessário.

Para a resposta, deverão ser consideradas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário da CIB, realizadas no ano de 2012, informando o período aproximado em que as reuniões aconteceram. Excluem-se as reuniões que não obtiveram quórum mínimo estabelecido em regimento interno e as reuniões de Câmaras Técnicas e grupos de trabalho.

Mensalmente

Uma reunião por mês no ano de 2012.

Bimestralmente

Uma reunião a cada dois meses no ano de 2012.

Trimestralmente

Uma reunião a cada três meses no ano de 2012.

Quadrimestralmente

Uma reunião a cada quatro meses no ano de 2012.

Semestralmente

Uma reunião a cada seis meses no ano de 2012.

Anualmente

Uma reunião no ano de 2012.

Não houve reunião no ano de referência.

Não foi realizada nenhuma reunião no ano de 2012.

110. Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2012?

Somar a quantidade de reuniões realizadas no ano de 2012 pelo plenário da CIB. Para a resposta, deverão ser consideradas as reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no ano de 2012. Excluem-se as reuniões que não obtiveram quórum mínimo estabelecido em regimento interno e as reuniões de Câmaras Técnicas e grupos de trabalho.

111. Quantas reuniões a CIB realizou no 1º semestre de 2013?

Somar a quantidade de reuniões realizadas entre 01º de janeiro e 30 de junho de 2013 pelo plenário da CIB. Para a resposta, deverão ser consideradas as reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no período indicado. Excluem-se as reuniões que não obtiveram quórum mínimo estabelecido em regimento interno e as reuniões de Câmaras Técnicas e grupos de trabalho.

|_|_|.

112. Quais foram os temas de pactuação no 1ª semestre de 2013? (admite múltiplas respostas)

Indique quais dentre os temas elencados abaixo foram temas de pactuação na CIB no primeiro semestre de 2013.

Estratégias para a implantação, a operacionalização e o aprimoramento da Proteção Social Básica

Marque essa opção caso tenham sido pactuadas na CIB estratégias para a implantação, operacionalização ou aprimoramento da Proteção Social Básica.

Estratégias para a implantação, a operacionalização e o aprimoramento da Proteção Social Especial

Marque essa opção caso tenham sido pactuadas na CIB estratégias para a implantação, operacionalização ou aprimoramento da Proteção Social Especial.

Instrumentos de regulamentação do SUAS

Marque essa opção caso tenham sido pactuados na CIB os instrumentos de regulamentação do SUAS.

Critérios de partilha e procedimentos de transferência de recursos

Marque essa opção caso tenham sido pactuados na CIB critérios de partilha e procedimentos de transferência de recursos.

Planos de Providência e planos de apoio

Marque essa opção caso tenham sido pactuados na CIB os Planos de Providência para a adequação de aspectos relacionados à gestão e serviços socioassistenciais e os planos de apoio.

Reestruturação dos serviços socioassistenciais de caráter regional

Marque essa opção caso tenham sido pactuada na CIB a reestruturação dos serviços socioassistenciais de caráter regional.

Plano Estadual de Capacitação

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB o Plano Estadual de Capacitação.

Outras. Quais? _____

Marque essa opção caso tenha sido pactuado na CIB outro tema que não tenha sido elencado acima, e informe qual o tema pactuado.

Identificação do agente responsável, no órgão gestor da Assistência Social, pelas informações declaradas neste formulário:

Nome Legível: _____

CPF: _____ Data: ___ / ___ / _____

Cargo/Função: _____

Telefone: (____) _____ Email: _____

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado na Secretaria de Estado de Assistência Social (ou congêneres).